

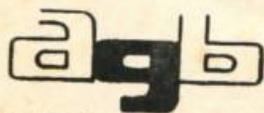
1

**BOLETIM  
FLUMINENSE  
DE GEOGRAFIA**

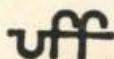
**BOLETIM  
FLUMINENSE  
DE GEOGRAFIA**

**ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS**

**SEÇÃO LOCAL NITERÓI 1993-ANO 1 VOL.1 Nº1**



**SEÇÃO NITERÓI**



**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

## **BOLETIM FLUMINENSE DE GEOGRAFIA I**

**Boletim Fluminense de Geografia** é uma publicação da AGB -  
Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Niterói

Qualquer correspondência pode ser enviada para a AGB - Niterói  
Caixa Postal 100425 - CEP 24001-970- Niterói - RJ  
A/C Coordenador de Publicações

**Editor Responsável:**

Eduardo Karol

**Diretoria da Seção Local:**

Manoel Martins de Santana Filho - Diretor

Reinaldo Antonio da Silva - Vice-Diretor

Charlles da França Antunes - Primeiro Secretário

Jorge Luiz Raposo Braga - Segundo Secretário

Eusébio Abreu Nunes - Primeiro Tesoureiro

Manoel Ricardo Simões - Segundo Tesoureiro

Eduardo Karol - Coordenador de Publicações

Martha Ramscheid - Suplente da Coordenação de Publicações

## APRESENTAÇÃO

A Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Niterói tem uma relação histórica com o Curso de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense.

Essa relação tem proporcionado um intercâmbio notável entre o Geociências e a AGB em diversos níveis, desde atendimento a demanda de infraestrutura, até a realização de cursos, palestras e seminários. Tendo em vista, sobretudo, a ampliação do espaço acadêmico e profissional na área de Geografia.

Nesse contexto nasceu a idéia da edição conjunta do BOLETIM FLUMINENSE DE GEOGRAFIA, como mais uma opção de qualidade para a publicação científica em Geografia. É uma honra apresentar este primeiro número, o qual tenho a certeza que terá em si a determinação de dar ao Boletim Fluminense de Geografia, vida longa e respeitabilidade acadêmica.

Nos 25 anos do Instituto de Geociências.

Sidney Luiz de Matos Mello  
Diretor do Instituto de Geociências

## EDITORIAL

O Boletim Fluminense de Geografia tem como objetivo, abrir espaço para a publicação de trabalhos científicos e geográficos e ser mais um veículo de divulgação de Geografia.

O lançamento deste primeiro número quer concretizar o trabalho realizado na AGB-Seção Local Niterói e qualificar a atuação de seus diretores e associados.

Esse primeiro número é lançado como lenha que quer alimentar a fogueira; carrega em si a energia investida para realizá-lo, e, desejamos, a capacidade de inflamar idéias para os números seguintes. Constitui um projeto de publicação que começa a tomar forma e, portanto, pretendemos que se aperfeiçoe e tenha as eventuais falhas corrigidas.

Entendemos que começamos uma empreitada possível. Para isto temos a esperança que os associados, e demais leitores, venham contribuir -- com idéias e presença.

Por fim, dedicamos este número a todos que, com esperança, seguem acreditando e empenhados em construir e participar de um mundo melhor.

A DIRETORIA

# SUMÁRIO

Pag.

Questão Ambiental e Crise Civilizatória: Notas  
para um debate.

*Carlos Walter Porto Gonçalves* ..... 07

Rio de Janeiro : Espaço Fragmentado, Cidadania  
Mutilada.

*Márcio de Oliveira* ..... 17

Escalas Espaço-Temporais: Uma Introdução.

*Rogério Haesbaert* ..... 31

Saberes e Técnicas de Intervenção sobre a Cidade  
A evolução do pensamento urbanístico no Brasil.

*Manoel Ricardo Simões* ..... 52

## QUESTÃO AMBIENTAL E CRISE CIVILIZATORIA: NOTAS PARA UM DEBATE

Carlos Walter Porto Gonçalves <sup>1</sup>

1 - A questão ambiental adquire dimensões políticas explícitas sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, muito embora os fenômenos que a partir de então passaram a ser reconhecidos como degradação ambiental remontem ao advento da sociedade de mercado (capitalismo) e à Revolução Industrial do século XVIII. Deste modo, a degradação ambiental é anterior à sua elevação à categoria de fenômeno político. Foi quando o "espectro da morte" - HIROSHIMA E NAGASAKI - pairou ameaçadoramente sobre a cabeça de toda a humanidade e sobre toda a forma de vida no planeta, apontando a possibilidade efetiva de extinção, que emergiu a consciência da luta pela vida, da luta ecológica.

2 - O contexto geopolítico da Guerra Fria conformou o debate político, submetendo-o a uma nova dimensão, militar, nuclearizada, o que significou, na prática, um limite à ação política. Embora a bipolaridade marcada pelas duas superpotências -- EUA e URSS -- tenha aberto espaço para uma série de lutas de

---

<sup>1</sup> Carlos Walter Porto Gonçalves é professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense e autor de vários livros.

libertação nacional -- a descolonização da África, por exemplo--ao mesmo tempo enquadra os jovens Estados Independentes, praticamente submetendo-os a alinhamentos automáticos ou semi-automáticos a esta ou aquela superpotência. Em todo o mundo, as formas de se fazer política estavam condicionadas, em maior ou menor grau, pelos modelos sócio-políticos dos EUA ou da URSS.

A imposição de regimes ditatoriais, seja em nome do socialismo, seja em nome de o combater é a maior evidência do amordaçamento da expressão política discordante ou desviante...

A Democracia realmente existente permaneceu restrita ao campo dos países burgueses, imperialistas, assim mesmo congelada nos limites das conquistas efetuadas pelo movimento operário e popular anterior a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial enquanto que no mundo colonial e semi-colonial - também chamado 3<sup>o</sup> mundo - ela só florescia debilmente em efêmeros intervalos numa sucessão de ditaduras.

3 - Nesse contexto, surge uma série de novos atores sociais que não questiona de frente o modo de produção (tradição do movimento operário socialista), mas o modo de vida, os costumes, o comportamento... São os movimentos de mulheres, de negros, do respeito pelas opções sexuais, as lutas pacifistas, dentre outros. Cabe aqui um destaque ao movimento pacifista porque se contrapunha diretamente ao fenômeno político hegemônico do após-guerra que era exatamente a militarização do fato político. O movimento de mulheres também cumpre um importante papel neste mesmo sentido ao identificar no domínio machista uma

herança histórico-cultural que relegou a mulher ao lar e educou o homem para a guerra, desde os primórdios da civilização.

4 - Acrescenta-se a esse quadro a nova frente de expansão do capital, agora não só para novas fronteiras geográficas, como ficou identificado o avanço imperialista, mas para novas "áreas" nos corações e mentes de homens e mulheres. Trata-se da sociedade de consumo, de fabricação das subjetividades -- a mídia, sobretudo a eletrônica. O capitalismo descobre o lar, até então locus do valor do uso -- lugar da reprodução da força do trabalho, da família, e, como é característico da sua intervenção, mercantiliza-o com os eletro-domésticos e com a mercantilização dos sonhos das crianças, dos adolescentes e dos adultos. Os gastos com propaganda, marketing e publicidade adquirem proporções gigantescas, pois se trata de fabricar desejos; manipular o inconsciente, o imaginário, a fim de dar prosseguimento a realização da mais-valia. Registre-se que o poder da mídia está intimamente relacionado à enorme monopolização do capital que, por isso, precisa criar a demanda (subjetiva) na ponta do consumo que seja compatível com a enorme capacidade de produção, na outra ponta. Entre elas, também se estabelecem não só um complexo sistema de financiamento com crédito ao consumidor (gerando inflação), como também uma rede de estradas, "shoppings", feiras, etc., com vistas a facilitar a circulação e a distribuição das mercadorias. Economia e Psicologia Social tornam-se Ciências Irmãs.

5 - A dinâmica da reprodução do capitalismo se assenta, assim, no

complexo industrial-militar, de um lado, e na indústria de bens de consumo duráveis, cujo mercado oscila hoje em torno de 600 a 800 milhões de consumidores (o chamado - "padrão californiano" - por outro, relegando as grandes massas ao mundo da miséria e da vã fantasia de ter acesso aqueles bens. Ora, tal padrão cultural de consumo só pode existir exatamente para uma minoria... Os EUA, por exemplo, com uma população que corresponde, apenas, a 6% dos habitantes do mundo, consomem 24% de todo o petróleo mundial. Se 24% da população mundial desfrutasse do mesmo padrão de consumo norte-americano, ela daria cabo de todo o petróleo hoje produzido no mundo. O exemplo do petróleo não é aleatório, pois se não há trabalho sem energia, o atual padrão industrial ainda se baseia no petróleo, não é gratuito o fato de ser o Oriente Médio o grande foco permanente de conflitos nesse pós-guerra.

6 - O movimento ambientalista incorporará esses diferentes vetores através dos quais se move, contraditoriamente, a sociedade mundial. No seu bojo se encontram diferentes correntes que procuram afirmar sua identidade. Entre essas correntes, se encontram os Ecosocialistas, cuja essência está esboçada na análise anterior. Resgata do movimento operário (socialista e anarquista) uma tradição, que, inclusive, remonta a Antiguidade; o igualitarismo. Acrescenta, após uma leitura crítica do socialismo e do capitalismo real, que a luta contra a desigualdade não é uma luta pela igualdade no sentido estritamente econômico. É, também, uma luta pelo direito à diferença, tanto no plano individual, como no plano sócio-cultural. Recusa o social que anula o indivíduo, um

todo que está acima de cada UM. Um social que assuma que cada indivíduo é singular, único. Um social que permita o desabrochar da criatividade que existe em cada ser humano. Afirma um socialismo (e não um social-ISMO) que seja assinado na primeira pessoa, por cada um. Não confunde a afirmação da individualidade com individualismo, como, de certa forma, a esquerda até então veio fazendo. Como a questão do indivíduo era identificada como uma questão burguesa, ela foi negligenciada. No entanto, como ela é parte constitutiva do homem moderno, e não era pautada e explicitada no seio da esquerda, a questão do indivíduo acabava se manifestando de maneira perversa nos diversos cultos a personalidade. Estranho caminho o do socialismo real: negou a individualidade a todos e acabou por afirmá-la para poucos, através dos cultos aos indivíduos sacralizados - STALINismo; LENINismo; MARXismo, TROTSKYismo, MAOismo, FIDELismo, etc.

Entendemos que a única maneira de evitar o culto à personalidade e ao individualismo é explicitarmos o debate da individualidade como questão essencial da construção do socialismo, para não insistirmos nas querelas muitas vezes, ou quase sempre, individualistas que se escondem por detrás dos debates políticos. Por isso, afirmamos, com Marx, que não existe indivíduo isolado. Que o terreno da afirmação da individualidade é o social. É no plano das instituições sociais que saibam distinguir o público do privado; que incorporem valores como solidariedade e ajuda mútua e um profundo sentimento de justiça que seremos capazes de construir um socialismo radicalmente democrático.

7 - O direito à diferença também se estende ao plano cultural. O capitalismo (agora eufemisticamente chamado de sociedade de mercado) não é só um modo de produção. É, também, um modo de vida. Para ele, por exemplo, a natureza é uma fonte de recursos. É mercadoria. Para se afirmar como tal ele expropria o trabalhador da terra (da água, do ar, das plantas e dos animais), transformando-o em proletário. Essa expropriação não é somente de meio de produção -- a terra, como costumavam dizer os economicistas. É, também, a expropriação de toda uma cultura da terra, de uma relação como as estações do ano, como o cosmos, com as plantas e com os animais. Não é a toa que se fala de AgriCULTURA (cultura do campo, literalmente em latim). Assim, a dita sociedade de mercado não pode conviver com povos que tenham uma relação orgânica com a terra. É preciso expulsá-los e se apropriar de seus recursos naturais como mercadorias, processo esse que, ao mesmo tempo, mercantiliza cada um dos habitantes daqueles povos. A formação do Estado Nacional Moderno se fez à custa de unificar o sistema de pesos e medidas (e toda cultura "pesa" e "mede" de uma maneira própria, peculiar), unificar a Língua (e, como diz Caetano, com Fernando Pessoa -- "minha pátria é minha língua) e unificar o exército, sufocando, deste modo diferenças culturais profundas, construídas ao longo da História. E preciso superar uma visão simplista que atribui aos europeus, a dizimação de povos das Américas, África e Ásia. Ora, muito antes de desorganizar e dizimar Incas, Maias, Astecas (e ainda hoje através de nós tentar destruir os Yanomami), eles dizimaram, na própria Europa, Celtas, Godos, Visigodos, dentre outros e ainda ameaçam de extinção aos bascos e outras minorias nacionais. A

questão não é simplesmente uma responsabilidade do Imperialismo e do colonialismo, mas do Estado Moderno que não sabe conviver com a diferença cultural. É preciso apagá-las ou as diluir na cultura dominante para garantir a sua hegemonia. Essa questão desafia os analistas contemporâneos, através do recrudescimento das lutas nacionais em todo o mundo (vide os exemplos de croatas, bascos, yanomamis, para apenas citar alguns) e é preciso ter uma posição política clara quanto ao direito à diferença. O maior patrimônio da espécie humana é exatamente a diversidade de formas culturais, de modos de pensar, agir e sentir que caracterizam cada povo. Afinal, a espécie humana só se reproduz no interior de uma cultura e o que o capitalismo tenta fazer é exatamente massificar, apagar a diferença, instituir um modo de relações de produção submetido a lógica da mercadoria. Assim, é preciso erguer bem alto a bandeira da diferença, defendendo sociedades pluriétnicas, mesmo no interior de diferentes Estados Nacionais soberanos (no Brasil, por exemplo, defendendo o acordo bilateral com a Venezuela para reconhecer os territórios imemorais dos Yanomamis, assegurando a soberania nacional do Brasil e da Venezuela, reconhecendo direitos legítimos daquele povo. O mesmo deveria ser encaminhado com relação aos Kampa e o Governo do Perú; com relação aos Tikuna e a Colômbia, etc).

8 - Os ecossocialistas não se submetem ao mito burguês do progresso que, de certa forma, foi incorporado muitas vezes acriticamente pelos socialistas. Somos, como se costuma dizer, progressistas. Mas progressistas num sentido bem concreto: contra

as formas de manutenção do status-quo. Afinal o que dá sentido à História é exatamente a possibilidade de a reinventar, de promover descontinuidades no seu fluxo contínuo e permanente. Dizemos isso porque não confundimos progresso como desenvolvimento das Forças Produtivas, a não ser nun sentido muito preciso. O capitalismo se espalhou pelo mundo em nome do progresso e da Civilização (de uma civilização). Para isso apontou a Ciência e a Tecnologia como motores do desenvolvimento. Em nome disso, arrasou como outros povos que seriam atrasados. Impôs a sua cultura a outros povos. Os ecossocialistas não opõem tradição à modernidade. É preciso que se deixe a estes povos o direito de incorporar o que eles querem da modernidade, no ritmo que acharem melhor e não simplesmente de acordo com os ditames do capital. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que esses povos também foram capazes de instituir relações sociais com a natureza, com as quais temos muito que aprender. A amazônia que o diga. Há um patrimônio genético que os povos que lá habitam foram capazes de nos legar e que hoje a humanidade começa a perceber o valor incomensurável que representa para o futuro da espécie humana e de todo o planeta. Há uma "ciência indígena", como hoje já se costuma dizer. Não nos iludimos também com o neo-romantismo, com a retomada do mito do bom selvagem. Como nos ensina o líder Ailton Krenak, muito das condições naturais com que viviam povos indígenas foi arrasado a tal ponto que só com o uso do saber de quem destruiu é possível recuperá-las. No entanto, é preciso estabelecer um diálogo entre as duas culturas -- a ocidental e a cultura indígena - de modo a que eles decidam o que querem da nossa. Há uma enorme dívida ética, histórica, para

com esses povos, bastando para isso um balanço do que significou para eles, sobretudo, esses 500 anos de invasão da América (e não de descobrimento, como querem os colonialistas).

9 - Um suma, a Ciência e a Tecnologia não estão acima nem abaixo dos homens, das instituições sociais por eles criadas. A própria Ciência-Tecnologia é instituída socialmente. É preciso submetê-la aos interesses da humanidade e não do capital. Não queremos uma ciência sem consciência, ainda mais agora, quando fica mais claro do que nunca, que ela é uma força produtiva de capital (e não simplesmente do capital. A mudança é tão sutil quanto essencial), o que, na verdade, foi desde o início. As novas tecnologias subordinadas ao capital, como foi o caso da "Revolução Verde", aumentaram não só a produção, como também a miséria. Têm produzido riqueza para alguns, pobreza para muitos e degradação ambiental para todos. Não podemos aceitar a ilusão de que o socialismo virá para dar as pessoas o que o capitalismo não dá. O "socialismo não é simplesmente um modo de distribuição de riqueza, ele deve instituir um outro referencial do que seja a riqueza, um outro modo de vida.

O socialismo não virá para automóvel para todo mundo. Isso só socializaria o congestionamento! Ele não virá para dar automóvel para todo mundo. Isso só socializaria o congestionamento. Ele não virá dar remédios para todo mundo. Isso só serviria para institucionalizar a hipocondria. Precisamos das atuais tecnologias, como nos ensinou o Krenack, para superarmos muitos dos problemas com que nos defrontamos. No entanto, faremos isso **POR NECESSIDADE E NÃO SÓ PELAS**

VIRTUDES DA CIÊNCIA E TÉCNICA em si mesmas. Até que instituíamos novas formas de saber ou valorizemos a Arte, A Literatura, a Poesia, enfim, o Espírito.

Não partilhamos as concepções de outros ecologistas que creem que novas tecnologias são a base de uma nova sociedade. Toda tecnologia é parte de um projeto de sociedade que devemos, no plano político, explicitar. Não se trata de responsabilizar a tecnologia ou a ciência pelos males com que se defronta nossa sociedade. A Ciência e a Técnica não são seres que se movem com seus próprios pés. Elas são instituídas no terreno movediço da História para garantir não só a reprodução material da sociedade que as criou, mas também para reproduzir as relações sociais desiguais. É de uma outra relação da sociedade com a ciência que carecemos.

10 - A questão ambiental emerge neste final de século/milênio como uma importante referência na busca de novos padrões civilizatórios. No entanto, nenhuma civilização se faz fora da História. Assim, vivemos um momento histórico de repensar uma nova civilização. Novos valores que dêem um novo sentido para a vida onde novas relações sociais sejam instituídas reconhecendo que há limites na relação da sociedade com a natureza. E a definição de limites é a essência da Política. Afinal os gregos designavam poliso muro que limitava a cidade do campo. Ser cidadão era portar o direito de participar do debate sobre os limites da Polis. Sem democracia não há Política no sentido profundo do termo, isto é, a arte de definir os limites. E é essa, em essência, a questão que os ecologistas, e entre esses em particular os ecossocialistas, vêm colocar a cada um de nós neste fim de século/milênio.

**RIO DE JANEIRO : ESPAÇO FRAGMENTADO,  
CIDADANIA MUTILADA**

**Márcio de Oliveira (\*)**

**"As cidades são fragmentos que o tempo de ontem viuvou e  
o tempo de hoje enamorou."**

**(\*) - Professor Assistente do Departamento de Geografia da  
Universidade Federal Fluminense - UFF/RJ**

Num país de capitalismo tardio e do Terceiro Mundo como o Brasil o pleno cidadão nunca chegou a existir de fato. O modelo cívico consagrado pelas democracias burguesas nos países desenvolvidos apresenta-se aqui bastante imperfeito e esfacelado. Por um lado, porque tivemos como herança colonial uma sociedade de tradição autoritária, na qual os homens tinham muito mais deveres do que direitos e cujo fundamento da disciplina era a simples e inquestionável obediência (HOLANDA, 1988, p.11). Por outro, porque mal conseguimos completar a infância da nossa República, entremeada por conturbados períodos ditatoriais, conjugou-se a nós à implantação de uma sociedade de consumo, de massa que veio corroer o nosso já frágil projeto de cidadania.

Ao propormos como tema de reflexão a questão da cidadania no espaço urbano do Rio de Janeiro, temos em mente algumas idéias preliminares sobre as mudanças que vem se processando nos campos social e econômico, político e cultural, nas grandes cidades brasileiras e que afetam sobremaneira o cotidiano da vida das pessoas e a condição da sua cidadania.

## **ECONOMIA OCULTA E POBREZA TRANSPARENTE**

No campo social e econômico cabe ressaltar como mudanças no Rio de Janeiro aquilo que SANTOS (1988, p.2) denomina de "involução metropolitana", caracterizada pelo "aumento desmesurado e constante do número de pobres e trabalhadores mal-pagos", que se dá associada ao fenômeno de segmentação da economia, marcado pela "presença simultânea, nas grandes

idades, dos diversos tipos de capital e dos mais diversos tipos de trabalho".

No período de 1988-90 o Rio de Janeiro foi a metrópole que, em termos relativos, apresentou o menor crescimento na ocupação de mão-de-obra, registrando uma variação de 35,70%. Nas outras metrópoles do sudeste, São Paulo e Belo Horizonte, esta variação foi de 40,78 e 61,75% respectivamente. Curitiba, a metrópole que mais expandiu a sua capacidade de ocupação de mão-de-obra, teve período de variação de 77,09%. Com relação a mão-de-obra ocupada na indústria, a situação do Rio de Janeiro é mais próxima das metrópoles do Nordeste que da média brasileira, além de ter sofrido uma redução, no período 1981-90, de 28,88% para 24,05% na mão-de-obra ocupada no setor (\*).

Este "esvaziamento" econômico acompanhado, por outro lado, por um crescente processo de modernização e informatização de alguns setores da sociedade, tem contribuído significativamente para o aumento do número de pobres e trabalhadores mal-pagos. A impressão que se tem ao se observar a paisagem urbana do Rio de Janeiro é a de que o número de subempregados, de favelas e ocupações, de sem tetos, sol viadutos e marquises, e de menores abandonados, perambulando pelas ruas cresceu numa potência em grau muito superior ao do "esvaziamento" econômico.

---

(\*) Fonte: CIDE - Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro

O mesmo descompasso, para um observador atento, se pode sugerir sobre o patamar da produção em relação ao patamar do consumo. O movimento das lojas, dos shoppings e do consumo em geral não parece ter uma equivalência no movimento da produção na cidade. Sabe-se da existência de uma "economia oculta" que faz circular uma renda na esfera do consumo não vinda diretamente da esfera da produção, e sim das atividades ilegais da contravenção, do narcotráfico e do roubo e furto, dentre tantas outras.

## **ESPACIALIDADE CULTURAL E CIDADANIA**

No campo cultural a sociedade de consumo modificou, nas duas últimas décadas, o comportamento das pessoas na cidade. No dizer de SANTOS (1987 p 34), o consumo é hoje "verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os shopping-centers e os supermercados, aliás, construídos à feição das catedrais". Sua fé se instala "por meio de objetos, aqueles que em nosso cotidiano nos cercam na rua, no lugar de trabalho, no lar e na escola, quer pela sua presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los". Desta forma, seu poder de alienação é muito forte.

Mas não é só diretamente através do consumo que o comportamento dos indivíduos tem mudado nossa cidade. A modernização tecnológica e as novidades da indústria cultural (vídeos, games televisivos, disco-vídeo e TVs a cabo) têm contribuído para influenciar na mudança de hábitos de determinada parcela da população.

Por sua vez, o subúrbio romântico, com praças, parques com

namorados e a praia ludica e ingênua, não existe mais. Para o lazer, os jovens de classe média procuram os shopping-centers, os bares e as danceterias, e os pobres, os bailes funks dos bairros suburbanos. Os cinemas, a velha modernidade da indústria cultural, fecham em diversos cantos da cidade, sobretudo nos subúrbios, e no lugar de muitos deles surgem igrejas evangélicas, numa perversão conservadora.

Aquela relação pessoal e de vizinhança é cada vez mais rara na cidade, acirrada pela forte competição entre os indivíduos, estimulados pelo consumo.

A destruição do ambiente das praias nos subúrbios (da Baía de Guanabara), por um lado, e o signo de deslumbramento e status criado em torno das praias da Zona Sul, por outro, levam nos fins de semana uma parte da população pobre da Zona Norte até este palco de disputa por um lazer barato e desejoso. Hoje esta mesma população se vê sob a ameaça de ter este espaço de praia a ela vedado pela mudança nos pontos terminais dos ônibus nos fins de semana pelo poder público.

A Prefeitura do Rio de Janeiro recentemente, antecedendo aos preparos da ECO-92, resolveu recuperar parques e construir jardins em áreas ociosas sob viadutos e cercou-os, pôs portões de ferro e guaritas, e fecha-os à noite. Os pobres que aí dormiam antes, dormem agora embaixo de marquises e portas de lojas. Durante o dia estas áreas são "espaços de constrangimento", situados em lugares de difícil acessibilidade, e vivem vazios.

Neste sentido, penso que a mudança de comportamento cultural dos indivíduos na cidade, que afeta a sua condição de cidadãos, não é apenas uma consequência dos valores da

sociedade de consumo imposta, mas resulta também da forma como o espaço da cidade está diferentemente estruturado pela sociedade civil e seletivamente controlado pelo Estado

## IMPASSES POLÍTICOS DA CIDADANIA

No campo político a desinformação sobre as leis que regem os direitos do cidadão na cidade e a ausência de políticas públicas capazes de criar condições ao exercício da cidadania têm agravado ainda mais todos esses problemas mencionados anteriormente

A incapacidade do Estado em dar respostas aos problemas vividos cotidianamente pela população carioca gerou um fenômeno interessante na última eleição municipal: na polarização entre o discurso da técnica X o discurso da felicidade; o da eficiência administrativa X o da participação popular; o da modernidade, no sentido politicamente conservador X o da inclusão social dos pobres, no modelo de sociedade de consumo idealizadora

FRANCISCO WEFFORT (1990 p 7) ao se referir a América Latina, afirma que, nessa passagem dos anos 80 para os 90, "a modernização e democratização não andam no mesmo compasso" Esta situação é paradoxal, pois não vivemos mais o período de ditaduras militares. Em sua tese, WEFFORT tenta explicar tal fato argumentando que "a modernização acelerada se estancou nos planos social e econômico", não tendo uma ressonância equivalente no plano político

Apesar de alguns avanços sociais alcançados na constituição de 1988, a impressão que temos é de que pouco ou em nada se

alterou a vida cotidiana das pessoas na cidade, no tocante ao exercício da cidadania. Boa parte da população desconhece as leis e os seus direitos de cidadãos na cidade; outra parte sequer toma conhecimento, pois não crê nas leis ou se recusa a obedecê-las por obter vantagens pessoais.

Por outro lado, percebemos que há uma inadequação e uma incapacidade por parte dos sindicatos e das associações de moradores em pensar a questão da cidadania no contexto da cidade como um todo, visto que o primeiro, no seu corporativismo imediato, pensa só o trabalho (produção) e o segundo pensa apenas os lugares de moradia (reprodução). É necessário pensar a questão da cidadania na articulação da produção com a reprodução; da produção com a distribuição e a circulação, num sentido da reprodução ampla do sistema urbano e dos mecanismos que possibilitam a existência ou não do cidadão.

Ao nosso ver, esses três campos (econômico, cultural e político) e as transformações e problemas que ocorrem neles estão em estreita relação com os novos traços das condições de cidadania no e pelo espaço da cidade do Rio de Janeiro, um vez que a cidadania não se faz sem a garantia de condições materiais (sociais e econômicas) - alimentação, trabalho, educação, saúde, etc, sem a realização de aspirações e desejos pessoais, balizados pelo modelo de cultura hegemônica, nem sem justiça social, democracia e liberdade.

## **PARA ALÉM DA CRISE DE UM MODELO**

Partindo do princípio de que o atual modelo de cidadania

esta em crise, isto é, não atende mais às imposições dos novos tempos no mundo e particularmente no Brasil, e que precisamos de um novo modelo cívico, gostaríamos de tomar a questão da cidadania na sua raiz, na condição de homem livre, cuja essência está na liberdade (SARTRE, 1987 p 12)

No dizer de ROUSSEAU (1987, p 22), "o homem nasce livre, e por toda parte encontra-se a ferros", eis aí o princípio que vai se afirmar nas revoluções burguesas, o da liberdade como uma condição natural dos homens. Transformar esta liberdade natural em uma liberdade convencional aceita legitimamente por todos os homens é a questão a que ROUSSEAU procurou responder através do "contrato social"

Sabemos que hoje a condição de cidadão não se restringe à noção de direitos políticos individuais, pois a ela foram incorporadas também as noções de direitos coletivos, que garantem o direito de associação e de direitos sociais, que visam garantir aos homens "um padrão de vida decente" (SANTOS, 1987, p 9)

A esta altura, cabe perguntar qual o papel que o espaço tem nesta questão da cidadania

No meu entender é no e através do espaço que concretamente a cidadania pode se realizar como uma liberdade efetiva. Nesta perspectiva, o espaço é a mediação imprescindível entre a liberdade convencional, regulada pelo Estado e acordada pela sociedade, a que se referia ROUSSEAU.

Não é por acaso que no final da idade média a cidade de então, o burgo, se tornou o espaço símbolo da liberdade e da afirmação burguesa, pois nela as pessoas eram livres para circular

e prosperar economicamente, podiam produzir e vender suas próprias mercadorias, conquistar a liberdade da terra e passar a ter suas próprias leis e a proceder a seus próprios julgamentos, em seus próprios tribunais (HUMBERMAN, 1977, p 38) Desse modo, os burgos eram espaços que atendiam a demandas de uma nova classe que nascia desejosa de enriquecer e que subverte a ordem feudal vigente. Aí o ser cidadão coincide com a condição da liberdade para uma nova classe social possibilitada através do espaço da cidade.

Atualmente, nas grandes cidades contemporâneas, na medida em que determinadas demandas não são satisfeitas, parte da população vai buscar no entorno da cidade um ideal de bem estar e liberdade - corporificado nesta coisa chamada lazer - negado pela natureza das condições destas próprias cidades. Neste caso a cidade aparece, de certo modo, como símbolo de negação da liberdade. Segundo ARENDT (1983, p 139), " é plausível, ao pensamento moderno, ver no lazer uma fonte de liberdade" em oposição ao trabalho, ligado a todas as atividades sérias e necessárias para o processo vital da sociedade.

Nesta perspectiva de abordagem da cidade como espaço símbolo da negação da liberdade e cidadania, poderíamos pensar de como se sente um favelado, por exemplo, na sua cidade se sente verdadeiramente humano, se sente identificado com ela? Como se sentem em sua cidade aqueles jovens pobres, excluídos das modernidades da indústria cultural e das novidades da sociedade de consumo, que se amontoam nos bailes funks, organizados em gangs?

Enfim, em que medida o espaço da cidade hoje possibilita na

sua mediação a realização radical das pessoas como pessoas, como homens livres, como cidadãos?

Se a história é exatamente aquilo que HEGEL afirmou "o conjunto de desejos desejados" (citado em SCORZA, 1983 p 50) e portanto uma história não-realizada, a cidade é neste sentido, sobretudo nos países de capitalismo tardio, o grande locus de acumulação de desejos desejados, mas não satisfeitos, é um espaço de perversão coletiva

Esta forma de ver a cidade reveste a cidadania não só de um valor objetivo dado pelas condições materiais (econômico-sociais) e pelos direitos (jurídico-políticas), mas também de um valor subjetivo, simbólico, psicológico, ligado à satisfação de desejos e de prazeres humanos. Neste sentido, é bem oportuna a passagem do grego ESTRABÃO "a geografia familiariza-nos com os ocupantes da terra e dos oceanos, com a vegetação, com os frutos e peculiaridades dos vários quadrantes da Terra; e o homem que a cultiva é um homem profundamente interessado no grande problema da vida e da felicidade" (citado em MOREIRA, 1981 p 17). Assim, as cidades de hoje carregam junto consigo o valor simbólico desta outra grande utopia que é a felicidade humana.

Podemos observar nos últimos acontecimentos do Rio de Janeiro, como o do "arrastão", que mesmo aqueles que não têm as condições materiais para a cidadania, e nem mesmo os seus direitos mais elementares assegurados, sonham em ter, nem que por alguns momentos, o seu ideal de felicidade realizado - serem incorporados à sociedade de consumo e se inserir como tal nos espaços da cidade a eles vedados. Em outras palavras - tomar a cidade, arrebatá-la em suas mãos, transgredir as normas e as

convenções, como num assalto dos céus. Talvez fosse interessante pensarmos sob esta ótica também.

As agruras da cidade tendo como oposição o ideal de felicidade, isto é, de desejos e prazeres não realizados no seu cotidiano, nos remete para uma interpretação da cidadania na interface com a mudança do comportamento dos indivíduos nas grandes cidades. Desta forma, ao direito de liberdade e de igualdade jurídica de tratamento do passado, se somam hoje, como supostas demandas, o direito à felicidade, como um valor simbólico, e o respeito às diferenças, não apenas àquelas vistas no plano individual mas sobretudo no plano coletivo (dos grupos).

No meu entender, este é um fenômeno dos nossos tempos que perpassa todas as escalas geográficas. A ele está associado a consagração das sociedades de consumo, como modelo das modernas sociedades industriais, que tem como mecanismo a moda e a padronização das formas e dos comportamentos. MARCUSE (1978, p.32), já nos idos dos anos 60, nos chamava a atenção para a ocorrência deste fenômeno nos países desenvolvidos, onde surgia "um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo".

Em outro ensaio mais recente, e sob um outro olhar teórico, MAFFESOLI (1987, pp.101-142) analisa o declínio do individualismo nas sociedades de massa, com o surgimento de novos elementos expressos nas "tribos" que vivem no presente, reunindo-se, movimentando-se, articulando seus próprios

territórios na paisagem urbana.

Ao nosso ver a questão da cidadania, e sua concretização nas grandes cidades de hoje, não pode deixar de considerar estes problemas relacionados com esta nova espacialidade do urbano

As transformações e problemas aqui abordados, embora sejam produtos de um processo mais global, se manifestam cotidianamente na cidade do Rio de Janeiro através de seus lugares. A modernização econômica não compartilhada por todos, os novos comportamentos culturais, forjados pela sociedade de consumo, e os falsos avanços políticos, que frustram os anseios das massas, estão numa relação direta com a condição de ser ou não ser cidadão em nossa cidade. Enfim, é preciso reinventar a cidadania

## **BIBLIOGRAFIA**

ARENDI, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983 (2ª Edição)

DAVIDOVICH, Fany. Brasil Metropolitano e Brasil Urbano Não-Metropolitano - Algumas Questões. In Rev Bras Geografia, Rio de Janeiro v 53(2) 127-133. Abr/jun 1991

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo, Hucitec, 1980

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1988 (20ª Edição)

- HUBERMAN, Leo História da Riqueza da Homem Rio de Janeiro, Zahar, 1977 (13ª Edição)
- LEFEBVRE, Henri El Derecho a la Ciudad Barcelona, Ediciones Península, 1978 (4ª Edição)
- MARCUSE, Herbert. A Ideologia a Sociedade Industrial Rio de Janeiro, Zahar, 1982 (6ª Edição)
- MAFFESOLI, Michel O Tempo das Tribos Rio de Janeiro Forense-Universitária, 1987
- MOREIRA, Ruy O que é Geografia São Paulo, Brasiliense, 1981
- ROUSSEAU, Jean-Jacques Do Contrato Social In Os Pensadores São Paulo, Nova Cultura, 1987
- SANTOS, Milton O Espaço do Cidadão São Paulo, Nobel, 1987
- \_\_\_\_\_ A Metropole Modernização, Involução e Segmentação Rio de Janeiro, Comunicação ao Simposio "Trends and Challenges of Urban Restructuring", ISA-IUPERJ Set/1988 (Xerox)
- SARTRE, Jean-Paul O Existencialismo é um Humanismo In Os Pensadores São Paulo, Nova Cultural, 1987

SCORZA, Manuel A Dança Imóvel Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983 (2ª Edição)

WETTORI, Francisco C A América Errada (Notas sobre a democracia e a modernidade na América Latina em crise). In: Lua Nova São Paulo, Marco Zero/CEDEC, Set/1990.

## ESCALAS ESPAÇO-TEMPORAIS: UMA INTRODUÇÃO \*

Rogério Haesbaert

Uma das questões que precisamos desdobrar, com muita seriedade, e para cuja discussão iremos levantar aqui alguns pontos introdutórios, é a questão das escalas em Geografia e sua vinculação indissociável com o tempo, no sentido histórico. O debate sobre as escalas espaciais é tão fundamental para a análise do geógrafo quanto o é a análise das escalas de tempo para o historiador. Isto significa que a problemática de como entender as distintas "secções" do espaço geográfico e do tempo histórico, em suas múltiplas interações, permeia nossas disciplinas desde as suas origens - admitir que é possível compreender o espaço e o tempo socialmente instituídos/incorporados é reconhecer a necessidade de analisar suas partes, "esquadrinhando", de certa forma, suas múltiplas escalas.

---

\* Agradeço aos alunos de Geo História (Curso de História da UFF) pelas proventosas discussões que inspiraram este texto, escrito a partir de notas de aula em 1989.

## a. GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Não é de hoje que Geografia e História colocam questões comuns, sendo imprescindível estimular o diálogo e a interdisciplinaridade. Ainda que a Filosofia e outras áreas das ciências sociais de longa data advertam para a indissociabilidade entre espaço e tempo, nossas áreas não raro se divorciaram, enclausurando-se em redutos individuais, o que pouco contribuiu para nossas respectivas leituras da realidade.

A aproximação entre historiadores e geógrafos apresenta uma série de idas e vindas - desde a "geo-história" de Fernand Braudel, onde as perspectivas tradicionais das duas disciplinas se encontravam intimamente ligadas, até o quantitativismo neopositivista de muitos geógrafos (e alguns historiadores) que em nome de um pragmatismo simplista ignoraram a indissociabilidade da relação espaço-tempo.

Nas últimas décadas é através da abordagem materialista histórica e dialética que encontramos o tratamento mais consistente dos elos entre a Geografia e a História. Contudo, talvez pela dissonância nos períodos em que esta fundamentação teórica predominou em cada disciplina, o diálogo não foi dos mais estimulantes: quando a chamada geografia crítica marxista parecia descobrir a rica dimensão geográfica das obras de um Caio Prado ou de um Nelson Werneck, muitos de nossos colegas historiadores iniciavam um processo crítico (às vezes demasiado severo, é verdade) sobre a obra destes autores e sua base marxista.

Assim, a grande e fundamental "geo-história" de Braudel, por mais que este termo seja parcial e questionável na definição de

sua obra, continua como um referencial imprescindível para qualquer proposta de um diálogo mais consistente entre as duas áreas de conhecimento. Mesmo porque o aprofundamento ou mesmo a simples retomada deste vínculo, do modo como foi enfatizado por Brandel, infelizmente não foi levado a sério pelos geógrafos - pelo menos é o que se depreende do fato de só termos tido conhecimento de uma obra que resgata e analisa o "geógrafo" Braudel num trabalho muito recente (publicado após a realização da primeira versão deste artigo). Trata-se de "Braudel geógrafo" de Yves Lacoste (1989) em "Ler Braudel".

Falar em "escalas espaço-temporais" implica então reconhecer a análise conjunta e indissociável entre as dimensões espacial/geográfica e temporal/histórica da realidade. Alguns geógrafos, principalmente na ótica materialista dialética, discutiram filosoficamente esta interação. Tomando por base e de maneira esquemática as complexas (mas pouco didáticas) explicações de Oliveira (1982), podemos sintetizar o que ele denomina "essência contraditória" da relação espaço-tempo no seguinte quadro.

As transformações mútuas entre as propriedades mais estáveis e mais dinâmicas do espaço e do tempo são assinaladas pelas setas, constituindo assim "o conteúdo das representações do espaço e do tempo no campo científico" (op cit., p.98) - e não apenas das representações, é claro, pois na visão materialista do autor haveria perfeita interação entre o "pensado", o "representado", e a "realidade" sobre a qual se refletiu. O aspecto da mutação, entretanto, seria determinante, dado que na abordagem dialética o movimento, a transformação, é a dimensão

fundamental da realidade

Poderiam ser acrescentadas ao esquema setas indicando a interpenetração entre a "duração" e o "fluxo" do tempo e a "extensão" e a "ordenação" do espaço, pois a partir da teoria da relatividade ficaria estabelecido que espaço e tempo "não se modificam isoladamente, mas têm ligação indissolúvel um com o outro", de modo a criar uma "dependência das propriedades espaço-temporais dos corpos em relação à velocidade do seu movimento" (op cit , p 100) Deste modo pode-se afirmar que a tridimensionalidade do espaço se agregaria uma quarta dimensão, a do tempo, profundamente articuladas

## **B. ESCALAS ESPAÇO-TEMPORAIS**

Admitida essa íntima vinculação entre espaço e tempo, enfrentaremos agora de forma mais direta (e empírica) a problemática das escalas espaço-temporais, como embrião para reflexões posteriores, mais aprofundadas. Permeando todo o debate teremos como questões básicas: primeiro, como podem ser definidas as escalas espaciais/geográficas e as escalas temporais/históricas, e segundo, como estas escalas se relacionam/se imbricam e se é possível reconhecer uma lógica neste relacionamento

Antes de mais nada é importante diferenciar pelo menos duas formas de interpretar o conceito de escala: para alguns, partidários de uma visão de espaço e tempo absolutos, homogêneos e estáveis, a escala pode ser reduzida à dimensão física, estanque, quantificável, do real, para outros, que vêem o

espaço e o tempo como relativos, mutáveis e qualitativamente heterogêneos, a escala expressa esta dimensão relativa, mutável, do real. Numa perspectiva dialética, como vimos anteriormente, espaço e tempo embora "determinados" pelo seu caráter mutável, são concomitantemente absolutos e relativos, mutáveis e dinâmicos, numa interação que alguns autores denominam "relacional" <sup>1</sup>.

No caso da Geografia, é muito importante distinguir uma escala cartográfica, física, que expressa simplesmente uma determinada extensão de terreno, uma "quantidade" (representada numericamente por frações - por ex., 1:10.000 - que demonstram a relação de área entre o mapa e a realidade), de uma escala diferenciada "qualitativamente" a partir de uma dada ordenação espacial dos fenômenos, e que denominaremos aqui de escala geográfica. Assim, por exemplo, se afirmarmos que há uma escala regional, não podemos defini-la simplesmente pela delimitação física, cartográfica, de um espaço passível de ser matematicamente medido. Para diferenciarmos a interpretação geográfica da simples descrição cartográfica, devemos conceber um "conteúdo", um caráter minimamente conceitual (e não puramente descritivo) a esta escala - inserir, como veremos adiante, o caráter da dinâmica (política, econômica, cultural) que a região envolve, o que exclui a definição de limites estanques para a escala regional e nos obriga a entender sua interação com outras escalas.

---

1. É importante não esquecer que esta distinção entre espaço absoluto e espaço relativo é muito simplificada - na verdade há um longo e complexo percurso desde a concepção mais fechada e objetivista de espaço até a mais relativa e subjetivista.

Na História ocorre algo muito semelhante: definir escalas de tempo pela simples dimensão física, mensurável, quantitativa, do tempo, resultará numa simples descrição cronológica dos fatos. Além desta escala cronológica, de um tempo linear e absoluto, temos também e primordialmente um tempo histórico que se expressa em ritmos diferenciados, complexos, em escalas históricas onde é impossível estabelecer limites estanques, exatos, e onde os fluxos são resultado do entrecruzamento de tempos de diferentes duração. Com isto caem por terra as periodizações tradicionais, precisas, da história factual, e desdobram-se escalas que assumem a complexidade dos múltiplos ritmos da temporalidade.

Lacoste certamente foi o geógrafo que primeiro tentou, de modo mais enfático e mais articulado, desenvolver a questão da escala em Geografia. Ao propor seu conceito de "espacialidade diferencial", contudo, não foi muito além da noção empírica de escala cartográfica. Lacoste (1988) pretendia mostrar a importância da análise geográfica em diferentes "níveis" (ou escalas) que ele denominou também de "ordens de grandeza", enfatizando que o conhecimento de um fenômeno só pode se dar pela imbricação de diferentes escalas/níveis de análise.

Ao aplicar sua proposta à região de Tonquim, no Vietnã, Lacoste acaba simplesmente por reconhecer que diferentes áreas/escalas cartográficas revelam distintos aspectos do real e que, articuladas, permitem entender sua complexidade. Ele tem o mérito, entretanto, de destacar um fato que, apesar de aparentemente simples, não recebe a importância que merece por

parte de seus colegas geógrafos. Suas conclusões, no caso do trabalho citado, em que analisa a "estratégia geográfica" dos bombardeios norte-americanos sobre o delta do rio Vermelho, foram muito importantes, podendo ser sintetizados da seguinte forma:

- no exame de mapa em pequena escala <sup>2</sup> (que o autor denomina "de 4ª grandeza"), foi constatado que os bombardeios se deram somente nas áreas com grande número de aldeias abaixo das elevações dos diques, que protegem as planícies das enchentes dos rios;
- nos mapas em média escala ("conjuntos de 5ª grandeza"), foi possível perceber que os alvos dos bombardeios correspondiam principalmente às partes côncavas dos contornos, onde os diques sofrem maior pressão por ocasião das enchentes;
- finalmente, em mapas de maior escala ("conjuntos de 6ª e 7ª grandeza"), Lacoste observou um outro indicador da perversa racionalidade da estratégia norte-americana (desvendada principalmente por meio deste trabalho): as bombas caíam basicamente ao lado dos diques, mascarando assim a destruição e provocando rachaduras profundas na base das elevações, o que dificultava muito sua reparação

---

2. É importante lembrar que na linguagem cartográfica "pequena" escala significa grande área abrangida pelo mapa, 1:1 000 000, por exemplo, é escala menor que 1:100 000, pois reduziu 10 vezes mais a superfície real e, conseqüentemente, abrangeu uma área maior

Foi graças a análise em múltiplas escalas que Lacoste pôde perceber o verdadeiro objetivo e intensidade dos bombardeios denunciando à opinião pública estes propósitos: "submergir o maior numero de aldeias em consequência da ruptura dos diques, no momento das enchentes, nos pontos mais estratégicos da rede, e esforçando-se em mascarar a relação de causa e efeito entre os bombardeios e o desmoronamento do dique, solapado devido às rachaduras" (Lacoste, s.d., p. 40)

Ao lado dessa constatação empiricamente muito importante, feita por Lacoste, temos outros autores que de várias formas procuram encontrar/definir conceitos que, embora nem sempre incorporem de modo explícito a questão das escalas, revelam uma vinculação estreita com esta temática. Um autor como o economista Alain Lipietz, por exemplo, propõe determinados conceitos que têm muito a ver com aquilo que denominamos de escala geográfica. Sua preocupação com a dimensão espacial dos fenômenos econômicos e políticos é visível no próprio título de um de seus livros mais conhecidos: "O capital e seu Espaço". Entretanto, as três grandes escalas que permeiam seus conceitos de "armaduras regionais", "formações nacionais" e "blocos multinacionais", têm uma conotação geográfica não muito explícita, conforme pode-se perceber a seguir:

- armadura regional (traduzida na edição brasileira como "estrutura regional"): "região de articulação de relações sociais que não dispõe de um aparelho de Estado completo, mas onde se regulam, todavia, as contradições secundárias entre as classes dominantes locais"

- "bloco (imperial) multinacional" compreende, pelo contrário, o

conjunto dos Estados nacionais, onde se desenvolve a dominação de um centro imperialista que, de certa forma, assume funções de Estado em relação ao conjunto do bloco" (op cit., p 39)

É como se por um lado tivéssemos uma visão mais estritamente cartográfica, empírico-descritiva, das escalas (e do próprio espaço geográfico), como nos mostra Lacoste, e por outro tivéssemos a preocupação fundamentalmente voltada para abordagens teórico-conceituais baseadas na "dinâmica sócio-econômica", pouco considerando a dimensão espacial nas escalas a que se referem.

A preocupação em delimitar geograficamente a questão/fenômeno que estudamos, atentando assim para as implicações que a definição de uma escala (concomitantemente cartográfica e geográfica) impõe é um elemento central e ao mesmo tempo bastante desprezado em nossas pesquisas. É não só na Geografia, pois trata-se de uma problemática que tem ampla relação com as demais ciências sociais. Para o historiador Jacques Le Goff, por exemplo, em sua retomada de uma antiga discussão sobre os "tempos longos" e os "tempos breves", definidos por Braudel, a delimitação cronológica (histórica) e geográfica das questões sociais que analisamos não tem recebido a devida atenção. Segundo ele a problemática dos tempos longos e dos tempos breves consiste no " estudo de uma sociedade histórica numa determinada área cultural, dentro de um determinado período - e insisto nestas definições de nossos estudos, necessários numa altura em que cada vez se tem menos cuidado em delimitar cronológica e geograficamente o assunto de que nos ocupamos, e em que a história comparativista passa alegremente, por cima das

fronteiras mesmo as mais respeitáveis, colocando-se em vários níveis e diferentes pontos de observação que permitem identificar diferentes ritmos de mudança" (Le Goff, 1985, p 209-210, grifo nosso)

A análise da "espacialidade diferencial" ou dos "níveis diferentes de análise espacial, desde os conjuntos de dimensões planetárias (...) até as situações locais", do "mais abstrato ao mais concreto", conforme diz Lacoste (1989), tem "uma grande analogia" com relação a Braudel, "quando ele decide dissociar os diferentes tempos da história para o 'seu' Mediterrâneo" (p 181), organizando o livro em "três tempos" - o primeiro volume sobre os tempos longos (que é como geralmente ele vê os elementos geográficos), um tempo intermediário (ou "tempo social") e os tempos curtos, mais individuais.

Lacoste afirma ainda que Braudel "distinguiu o tempo longo, o tempo curto e o tempo intermediário", mas "não procurou teorizar sua articulação" (p.182). Ao reconhecer também que sua própria análise da espacialidade diferencial foi "muito empírica", ele no entanto não assume a tarefa de avançar a discussão, alegando sem maiores justificativas que "por enquanto certamente não é possível teorizar esse gênero de problemas"

Contrariando Lacoste, consideramos de suma importância a "teorização" dessa questão, reconhecendo que temos elementos para começar a aprofundá-la. Apesar de desconhecermos a amplitude da controvérsia que certamente deve ocorrer entre os historiadores sobre a pertinência da "temporalidade diferencial" de Braudel, tomaremos como principal referência para estas reflexões o texto de Le Goff (op cit), que representa uma introdução para

a retomada das "escalas temporais" como questão relevante entre os historiadores

Para Le Goff, "o tempo breve é essencialmente o tempo delimitado por um nascimento e uma morte" (op. cit., p. 214), um princípio e um fim, o tempo dos acontecimentos, enquanto o tempo longo não pode ser definido em função de nascimentos e mortes, mas de estruturas que mudam lentamente, embora incluam em si os acontecimentos, as conjunturas e as descontinuidades.

A problemática do tempo na História pode ser traduzida então, resumidamente, na questão - "o que é que na História ( ) muda rapidamente e o que é que muda lentamente?" (op. cit., p. 210). Analogamente, enquanto a História se preocupa com as distintas "velocidades" dos fenômenos sociais, poderíamos dizer que a questão do espaço na Geografia se refere, de modo muito sintético, ao reconhecimento das diferentes extensões/ordenações espaciais desses fenômenos. Tal como na História, com o dilema entre uma "história natural" e uma história "social", na Geografia a "geografia física" e a "humana" manifestam a dificuldade de se compreender processos com distintas velocidades de transformação e formas de ordenação no espaço - a história "natural" e a geografia "física" envolvidas de tal forma com os tempos longos que Braudel, ao enfatizar a dimensão "natural" do espaço, acabou equivocadamente por identificar o tempo longo com o "tempo geográfico".

Le Goff se reporta ao período medieval para exemplificar como tempo longo o tempo dos instrumentos da técnica, em especial no espaço agrícola - onde são necessários quatro séculos para se imporem invenções como o arado de rodas e orelha e a

rotação trienal de culturas -, e o tempo das mentalidades, que mudam lentamente numa época em que, ao contrário da chamada modernidade, a novidade/o novo é considerado um mal. Como tempos breves, menos representativos para o período medieval, teríamos as crises como a das falências florentinas (por volta de 1340), as cruzadas e a arte românica

A relação feita por Le Goff entre os tempos longos e o chamado espaço rural e dos tempos breves com os espaços urbanos é muito instigante, na medida em que fornece elementos claros para incorporar a discussão das "escalas espaço-temporais" pois reconhece - pelo menos de modo amplo - uma relação mais ou menos definida entre determinados "tempos" e determinados "espaços". Para ele "na história medieval, o predomínio dos tempos longos reporta-nos à característica essencial de uma civilização agrícola". Passando a falar do fenômeno urbano na Idade Média na perspectiva dos tempos longos e dos tempos curtos, ele revela que "a história urbana tem seus ritmos próprios, mas não pode no entanto ser compreendida a não ser em função e por osmose com a história agrícola" (op.cit., p.216). Embora o "tempo rural" pressione o "tempo urbano", a cidade teria efetivamente uma função de "aceleração da história", responsável que foi, com o seu crescimento, pela limitação dos tempos longos medievais.

Ainda que seja necessário tomar muito cuidado para não transformar pura e simplesmente "a cidade" (enquanto espaço geográfico) ou "o campo", "o rural", nos verdadeiros agentes desse processo, não resta dúvida que o autor levanta uma questão fundamental, particularmente provocadora para uma leitura "geo-

histórica" da sociedade a de como se dá a relação entre determinados ritmos de tempo (que denominamos escalas temporais) e determinadas extensões/distribuições no espaço (escalas geográficas ou espaciais)

### c. "ESPAÇOS" E "TEMPOS"

Qualquer estudo que se pretenda denso, apreendendo o social na sua complexidade, deve enfrentar o dilema da priorização/interação entre determinadas escalas de tempo e espaço. Assim como não podemos entender uma questão como a da transformação agrária na Idade Média num curto período de tempo, tampouco ela poderá ser compreendida em uma escala geográfica que abranja uma pequena extensão do espaço europeu. Ao contrário, um "acontecimento" não só tende a ser um fenômeno mais estritamente localizado (no espaço), como também, geralmente, aparece melhor delimitado no tempo (tem "um nascimento e um morte", como diz Le Goff). Da mesma forma, as "fronteiras" geográficas à escala local tendem a ser mais facilmente delimitadas, pois geralmente são áreas mais homogêneas (à exceção, talvez, das grandes cidades contemporâneas)

Ainda que não se possa fazer um paralelo estrito entre o tempo breve e a "escala local" em Geografia -definida esta como um espaço de relações cotidianas, de fronteiras bem definidas, parece haver aí importantes correspondências que merecem ser analisadas. Repetindo, tanto um quanto o outro tendem a ser melhor (ou mais claramente) delimitados, e refletem as mudanças

mais rápidas - num exemplo muito simples, é obvio que se torna mais fácil observar uma transformação no uso do solo em uma propriedade agrícola do que no conjunto de todo o espaço agrário de um país, que certamente levará muito mais tempo para se efetivar

O fato da análise dos tempos breves/espacos locais apreender fundamentalmente as especificidades/singularidades dos acontecimentos e não o conjunto, as "estruturas", não significa que eles devam ser interpretados a priori como "mais" ou "menos" relevantes, já que este tipo de valoração envolve toda uma discussão sobre a temática, o objetivo e a inserção histórica da pesquisa. Mesmo as escalas mais gerais de espaço e tempo, inseridas numa dimensão freqüentemente denominada de estrutural, abrigam sempre, em diferentes níveis de interação, as escalas locais de espaço e tempo ("lugares" e "acontecimentos"), sem as quais aquelas não existiriam.

Há que reenfatizar aqui a relação tempo breve/espaço local, no sentido de que ela nunca está definida de antemão, a priori. Muito menos admitimos que um destes termos condiciona, pré-determina, irrestritamente, o outro. Por exemplo, se definíssemos o espaço local a partir do tempo breve, poderíamos dizer que a escala local envolve "um espaço que traduz um acontecimento, bem delimitado historicamente". Se assim fosse, ficaria difícil admitir um condicionamento recíproco (dialeticamente estruturado) que incluísse também a relação do espaço local frente ao tempo breve, como indicado pelas cidades "acelerando o tempo" no final da Idade Média - fato este que, de alguma forma, continua a acontecer, pois a aglomeração/proximidade humana

proporcionada pelo espaço urbano favorece e acelera a produção/difusão do novo. Neste caso, o mais provável seria deduzir o extremo oposto, também um ponto de vista determinista e parcial, onde o espaço local (urbano, no caso), "definitiva" o caráter dos tempos breves predominantes na sociedade.

Como nem todo fato histórico corresponde a uma escala territorial explícita, é claro que nunca teremos uma afirmação fechada do tipo tempo breve = espaço local. E vice-versa, o espaço local não obrigatoriamente será um território de mudanças rápidas. Assim como existem tempos breves em escalas espaciais mais amplas, também podem existir espaços locais inseridos em tempos mais longos. Não há dúvida, entretanto, sobre uma tendência: por ser sempre mais fácil introduzir uma mudança, digamos, "pontual", a escala local será sempre uma escala privilegiada em relação às transformações mais rápidas.

Ocorre, porém, que com a incrível velocidade do nosso tempo, o espaço local passou a condensar em si o mundo, a oferecer a seus habitantes, principalmente na grande cidade - a multiplicidade de tempos/velocidades que representam praticamente uma síntese de toda diversidade de ritmos nas transformações a nível planetário. E como às vezes a moderna tecnologia, pelo menos para a restrita elite que a ela tem acesso, permite desenvolver as maiores velocidades justamente nas maiores distâncias, há casos/momentos em que o próprio mundo parece tornar-se um "espaço cotidiano de relações", uma "escala local".

Nesse sentido, lembro sempre o caso de um representante de uma multinacional inglesa que conheci num voo Rio-Porto

Alegre, legítimo representante deste seletto grupo que faz do mundo o seu "espaço cotidiano", "local" - sem sequer saber qual língua se falava no Brasil, ele simplesmente desceria em Porto Alegre (após conexão do vôo Londres-Rio), seria "escortado" de carro até as grandes indústrias de calçado de Novo Hamburgo, na área metropolitana, onde realizaria negócios vinculados àquele setor, seguindo no dia seguinte para a África do Sul, depois Malásia, Singapura, Taiwan e Coréia do Sul. Este tipo de circulação parece recriar, numa outra escala (cartográfica), o antigo espaço local de circunscrição cotidiana.

Isso é algo novo - e a princípio assustador, enigmático. As mudanças podem se reproduzir com tal velocidade que ocorrem muitas vezes, pelo menos para um determinado grupo, ou via determinadas tecnologias (o telefone, o telex, o fax, por exemplo), praticamente ao mesmo tempo, e no mundo todo. Pela própria desigualdade social, mais acirrada, este tempo breve mundializado aparece sempre, porém, imbricado numa ambigua e contraditória teia de outros espaços locais/regionais onde se delineiam sempre certas formas de resistência e constrangimentos. Houve um tempo em que as idéias da "homogeneização capitalista" ou da "revolução planetária", inexoráveis, eram difundidas com vigor. Hoje, entretanto, vê-se claramente a impossibilidade de prever o desdobramento da dinâmica espaço-temporal, em suas múltiplas escalas, onde autonomia e heteronomia/subordinação encontram-se em disputa permanente, de direção às vezes imprevisível.

Vejamos o caso das chamadas "escalas regionais", que podem ser ainda mais complexas do que as que denominamos escalas locais. Se definirmos escala regional como a que abrange

um território de identidade e mobilização social que se contrapõe em determinados níveis à organização política sob a hegemonia do Estado-nação (que por sua vez constitui a escala nacional), teremos obrigatoriamente uma base socio-cultural bastante complexa, pautando os chamados "regionalismos" e as "identidades regionais" que constituem o fundamento desta mobilização.

Le Goff destaca a heterogeneidade cultural do e, o medieval, mesmo sob a hegemonia da ideologia cristã: "o que nos torna sensíveis a tal diversidade é, atualmente, a irradiação dos movimentos regionalistas. Vê-se bem, agora, que as entidades sociais são os herdeiros de um longo passado de natureza regional, que recobre mais ou menos, e em períodos mais ou menos longos, uma história unificante. Ao mesmo tempo, por outro lado, captam-se melhor os limites da reivindicação regionalista. Se eu tiver em conta somente a raiz regional, que foi cortada, reduzida ao silêncio, ignorar-se-á todo o peso da história unificante. Aquela que Michelet propõe quando começa a descrever a França como uma personalidade geográfico-histórica nascida da aglomeração sucessiva de várias províncias" (Le Goff, op cit , p 252-253)

Além do fato específico da escala regional, levantada por Le Goff em relação ao tempo longo das mentalidades, aparece aqui a retomada, evidente e necessária, do elo geografia-história, espaço-tempo. Em parte, a velha "personalidade geográfico-histórica" de Michelet, ao contrário do que muitos pregavam, não

morreu <sup>3</sup> Os laços do indivíduo na história e no território também não foram simplesmente "apagados" pela homogeneização capitalista. Que o digam algumas vertentes dos movimentos basco, catalão, galego, bretão, ianomami ...

A escala ou espaço regional, embora de difícil definição no contexto medieval (onde, por não existirem Estados, ela se insere sempre na intrincada e confusa rede político-territorial da época), envolve tanto o tempo das mentalidades, de mudanças lentas e revigoramentos periódicos, quanto os tempos breves das inovações que o capitalismo impõe a todo momento à atividade econômica nos espaços regionais.

#### **d. ESCALAS E REDES**

A título de breve conclusão - que pouco tem de efetivamente conclusiva, dado o teor de proposta e questionamento destas notas - devemos destacar que, apesar da ênfase dada aqui às escalas local e regional, nenhuma das escalas pode ser excluída, e é sobretudo na dinâmica do entrecruzamento entre o local, o regional, o nacional e o internacional, e dos inúmeros tempos - aqui sintetizados em longos e breves, mas que, conforme diz Braudel, se desdobram em "dez", "cem durações

---

<sup>3</sup> Ver a propósito a mesma obra de Braudel (1989), traduzida em português (1<sup>o</sup> vol) como "A Identidade da França - espaço e História" que, apesar de toda a pertinência das críticas de Lacoste (1989), revela importantes indicadores do elo espaço/sociedade

diferentes", é aí que podemos encontrar um caminho fértil para o desenvolvimento de nossas pesquisas

Não há nenhum espaço regional ou nacional estanque, ou que se disponha numa hierarquia perfeitamente justaposta. O que deve nos perburbar e incitar ao trabalho é perceber que muitos fenômenos participam de redes locais ou regionais, outros de redes nacionais/mundiais, e muitas são as descontinuidades e os entrelaçamentos. Delineá-los, destrinchar este confuso "novelo" é o que a questão das escalas e da própria região nos propõe.

Em síntese, mesmo com o caráter preliminar e introdutório deste artigo, conseguimos dar algumas respostas às questões básicas inicialmente propostas, ou seja, sobre a definição das escalas espaciais/geográficas e das escalas temporais/históricas, bem como a respeito de algumas formas de interação entre elas, quer dizer, até que ponto um determinada escala de tempo implica em uma determinada escala de espaço, e vice-versa. É claro que, para responder se há uma lógica nesse íntimo relacionamento espaço-tempo, geografia-história, por meio da análise das escalas aqui definidas, seriam necessários muitos estudos concretos

Mais do que respostas, contudo, este texto procurou desdobrar um pouco mais as questões propostas e sugerir outras entre as quais podemos citar

- a questão da velocidade, dos ritmos espaço-temporais ou "geo-históricos" de transformação o que muda lenta ou rapidamente no tempo e, concomitantemente, o que se amplia ou se reduz em termos territoriais,

a questão das delimitações geográficas e históricas o que é passível de delimitações precisas (ou relativamente precisas) no

tempo e no espaço, e que implicações trazem estas fronteiras para o entendimento da sociedade,

a relação entre aceleração/desaceleração (no tempo) e ampliação/redução (no espaço), bem como o seu vínculo com a questão da fluidez/rigidez das delimitações ou fronteiras

Bem se percebe, a partir destas questões, o quanto existe a espera de nossos trabalhos - conjuntos, certamente, entre geógrafos e historiadores

## BIBLIOGRAFIA

BRAUDEL, F (1976) História e Ciências sociais Lisboa, Presença

\_\_\_\_\_ (1989) A Identidade da França espaço e história Rio de Janeiro, Globo

LE GOFF, J (1985) "Tempos longos, tempos breves. perspectivas de investigação" In: O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval Lisboa, Edições Setenta.

LACOSTE, Y (1988) A Geografia, isso serve antes de mais nada para fazer a guerra Campinas, Papyrus

\_\_\_\_\_ (1989) "Braudel geógrafo" In: Ver Braudel Campinas, Papyrus

\_\_\_\_\_ (s.d.). Estratégias do delta do rio Vermelho (trad  
por Flora E N Queiroz), datil. \*

LIPIETZ, A. (1988). O espaço e seu capital São Paulo, Nobel

OLIVEIRA, A. (1982). "Espaço e tempo: compreensão  
materialista e dialética". In: SANTOS, M. (org.) Novos rumos da  
Geografia brasileira. São Paulo, HUCITEC.

VIRILIO, P. (1982). Guerra Pura São Paulo, Brasiliense.

\* Original francês: *Unité et diversité du tiers monde*. Paris,  
Maspero, 1980.

ERRATA

**Pág. 9 - 13ª linha**

- onde se lê: marketing
- lê-se: marketing

**Pág. 13 - 9ª linha**

- onde se lê: paaaaaatriumônio
- lê-se: patrimônio

**Pág. 15 - 2º parágrafo**

- onde se lê: O socialismo não não virá para automóvel para todo mundo. Isso só socializaria o congestionamento! Ele não virá para dar automóvel para todo mundo. Isso só socializaria o congestionamento. Ele não virá dar remédios...

- lê-se: O socialismo não virá para dar automóvel para todo mundo. Isso só socializaria o congestionamento! Ele não virá dar remédios...

**Pág. 16 - 2º parágrafo, 9ª linha**

- onde se lê: designavam poliso muro que limitava...
- lê-se: designavam polis o muro que limitava...

**Pág 33 - 2º parágrafo**

- (...) da relação espaço-tempo no seguinte quadro:

PROPRIEDADES UNIVERSAIS	EXPRESSOES CONCRETAS		
	ESPACO	TEMPO	
UNIDADE CONTINUIDADE CONSERVACAO ESTABILIDADE HOMOGENEIDADE FINITUDE	<b>EXTENSAO</b> 	<b>DURACAO</b> 	(espaço e tempo absolutos)
DIVERSIDADE DESCONTINUIDADE MUTACAO INSTABILIDADE HETEROGENEIDADE INFINITUDE	<b>ORDENACAO</b> (disposicao ordenada)	<b>FLUXO</b> (sucessao dos momentos)	(espaço e tempo relativos)

**Pág 52 - 3ª linha**

- onde se lê: sociólogis
- lê-se: sociólogos

**= 4ª linha**

- onde se lê: trajetória do estudos
- lê-se: trajetória do estudo

**Pág 57 - nota de pé de página**

- onde se lê: Condições de vida dos Cômodos Populares.
- lê-se: Condições de Vida das Camadas Populares.

# SABERES E TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO SOBRE A CIDADE: A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO URBANÍSTICO NO BRASIL

Manoel Ricardo Simões  
Professor do Colégio Pedro II e Rede  
Pública Estadual  
Mestre em Planejamento Urbano Regional  
do IPPUR/UFRJ

## INTRODUÇÃO

A idéia inicial desse trabalho era confrontar a evolução do pensamento sobre a cidade entre cientistas de diversas áreas (sociólogos, arquitetos, engenheiros, médicos e urbanistas) e a trajetória do estudos sobre a cidade entre os geógrafos. No entanto, a notícia de que o professor Maurício de Abreu elaborava um trabalho sobre o estudo da cidade na Geografia <sup>0</sup>, levou-me a optar por uma simplificação. O resultado final é um histórico do pensamento urbanístico do ponto de vista de outros profissionais que têm a cidade como objeto de estudo, com isso traz-se para a discussão na Geografia, a contribuição destes pensadores para o pensar o urbano para nós geógrafos

---

<sup>0</sup> Abreu, Maurício de Almeida  
Estudo Geográfico da Cidade no Brasil. Evolução e Avaliação e Contribuição à  
História do Pensamento Geográfico Brasileiro  
Xerox

Por outro lado, a farta literatura sobre o urbano e a questão urbana nos anos 70 e 80 levou-me a considerar 1970 como ponto final dessa trajetória. O corte é arbitrário, mas justificado pela exiguidade do tempo e dos limites desta edição. Fica o convite para os geógrafos: aceitar o desafio de confrontar as trajetórias evolutivas do pensar o urbano e analisar as contribuições destas para o atual quadro da produção acadêmica em Geografia Urbana.

O objetivo deste texto é dar "o pontapé inicial" nesse processo, a partir do conhecimento do pensamento dos "outros", os profissionais com os quais nos superpomos na análise da cidade

## **A CIDADE COMO PROBLEMA**

As grandes cidades do século XIX, cujos expoentes são Londres e Paris, representam, em última forma, a afirmação da nova ordem burguesa, e trazem dentro de si todas as contradições dessa nova ordem. Desse modo, é a partir do momento em que a ânsia concentradora do modelo capitalista transforma algumas cidades em imensas concentrações humanas, aproximando fisicamente as classes sociais que ele deixa à mostra todas as suas contradições e por consequência permite aos que não participam da repartição dos frutos do progresso social, se aglutinarem em torno das reivindicações por suas cotas. Esses movimentos começam a abalar a ordem burguesa e tornam ameaçadora a convivência da burguesia com as classes que são consideradas perigosas. A cidade se torna um problema e passa a ser estudada

como tal, como o palco das transformações sociais que fazem da cidade do séc. XIX, a cidade do capital. Esta vai destruindo seletivamente as marcas da velha ordem feudal construindo uma série de edifícios, vias de circulação que visam, ao mesmo tempo, adequar a cidade às necessidades da reprodução do capital e também impor uma nova estética, recheada de novos símbolos sociais que vão permear a arquitetura e a engenharia burguesa.

Todavia a cidade traz como grande problema a presença da multidão tida como uma ameaça iminente aos cidadãos decentes. O controle desta multidão e a sua domesticação aos padrões burgueses o vão permear quase todos os estudos sobre a pobreza e as condições de vida dessa massa urbana. Esta é considerada como desumanizada, submetida ao tempo do trabalho às exigências da máquina e da acumulação burguesa mas que traz dentro de si um potencial de revolta, que tem como referência os dias de "terror" da Revolução Francesa, daí a necessidade de submetê-la a um controle que não se baseia apenas na força policial e os imperativos da fome que o compele a submissão.

A velocidade das mudanças e transformação da cidade acompanham o ritmo do ciclo de reprodução do capital, cada vez mais rápidos e crescentes, deixando perplexos os indivíduos submetidos a essa engrenagem e os próprios promotores desta transformação. Apesar da euforia trazida pelo progresso materializado nas grandes cidades havia a sensação de que algo estava errado, pois a como lembra Engels (Cit. Bresc) <sup>1</sup> a

---

<sup>1</sup> Bresciani, Maria Stella Martins

"Metrópoles, as duas faces do Monstro Urbano - as cidades do século XIX" In Revista Brasileira de História, ANPUH, Marozer, 1984, pp 35 a 68

opulência material de Londres contrastava com a degradação dos homens pobres que nela habitavam. Numa primeira fase procurou-se encontrar o porquê dessa degradação, e a primeira resposta vem a ser a intensa mecanização. O maquinismo gera a desumanização do homem como aponta Carlyle (Cit Bresc 2. Haskell e o próprio Engels numa primeira fase. A própria cidade é comparada a uma máquina monstruosa ao mesmo tempo mecânica e orgânica, pois está doente e cresceu como um tumor que se manifesta sob a forma de pobreza.

É interessante notar que num primeiro momento a pobreza é remetida às questões morais, a medida que se tem olhar para condições morais e físicas de vida da classe operária, havendo toda uma série de estudos neste sentido que levam ao determinismo físico, pois o meio urbano é responsável pela degradação moral dos pobres que vivem em condições indignas de moradia e higiene. A receita, então, é atacar a cidade, arrasando os bairros infectos, tal como fez Haussmann em Paris, pois se não se pode solucionar males advindos do maquinismo, entre estes a pobreza, destrói-se o locus desta ou pelo menos isola-se os pobres da parte rica da cidade, evitando os contatos entre as classes e os perigos de contágio.

É neste sentido que alguns autores da época apontam para a existência de uma dicotomia social, coexistindo ao mesmo tempo duas classes e duas cidades, a city e o East End, Paris e Fauborg Saint Antoine, mas que na ocasião das tensões sociais uma vinha

---

2 Idem p 58

mostrar a outra que existia. Foi assim 1848 em Paris, e nos 60 e 80 do sec. XIX em Londres, quando os distúrbios, deixaram o lado pobre da cidade e alcançaram os bairros onde se imaginava estar em segurança, o que se mostrou falso, pois a queda das muralhas medievais permitiu que a circulação capitalista fosse implementada, e conjuntamente também passou a fluir, de um lado para o outro, as contradições desse sistema.

O sentimento crônico de perigo devido a presença tão próxima da multidão que cada vez mais se tornava uma massa disforme onde já não se podia perceber quem era trabalhador e quem era o "resíduo", vai levar a uma série de estudos, principalmente dos conservadores que tiveram em Le Play seu expoente, sobre as condições de vida da classe operária que fornecessem subsídio "às estratégias de controle e domesticação" que pudessem eliminar o perigo de uma revolta popular e uma volta aos dias do Terror da Rev. Francesa. Já na França onde essa distinção não é tão nítida, desde cedo a questão tem um tratamento político como ameaça a estrutura do sistema, mesmo porque já se conhecia a força da multidão de miseráveis pode ter quando em movimento de confronto, daí se apresentarem soluções diversas, que no entanto acabam por ter um fundamento comum, preciso disciplinar a massa urbana e separar as classes espacialmente. O clímax será atingido nas reformas de Haussmann e nas propostas das vilas operárias, pois há a crença de que, modificando o meio físico é possível modificar a sociedade sem que para isso mude-se na estrutura econômica e no "Status Quo".

Assim a literatura da época a respeito das condições de vida da classe operária está recheada de relatórios médicos sobre

condições sanitárias e de moradia e de crença no determinismo físico, que contagia mesmo aqueles que se colocam ao lado dos trabalhadores, isto gera uma série de soluções "físicas" que atingem o pobre, não a pobreza, objetivando moldar a massa urbana ao pensamento burguês, domesticando e civilizando a classe operária através da própria cidade e das vilas operárias

Engels na Questão da Habitação (cit José Lopes) <sup>3</sup> percebe uma estratégia burguesa de impor limites à dilapidação da força de trabalho dado os seus altos custos econômicos e sociais, e de controlar os bairros operários devido ao perigo que representavam. Desta maneira, inicia-se uma nova fase onde a pobreza ganha uma dimensão econômica e começa a se questionar o sistema que deu origem a ela, vista por um lado como subproduto da riqueza e do outro como manifestação das contradições inerentes ao capitalismo. Há uma certa tentativa de enxugar o meio ambiente urbano como agente patológico exclusivo, mas ainda assim se está longe de se livrar do determinismo físico, tanto que as medidas dos governos continuam a apontar na disciplinação da classe trabalhadora via meio urbano, o que se configura no que se chamou de modelo depressivo-disciplinar.

No início do século XX, emergem os reformadores sociais, que

---

<sup>3</sup> Leite Lopes, José Sérgio

"Anotações em Torno do Tema condições de vida na literatura sobre classe operária"

In: Machado da Silva, Luiz Antonio (org.)

Condições de vida dos Cômodos Populares

Zahar, Rio de Janeiro, 1984 pp 21 a 58

vão considerar a cidade, não como um problema, mas como um objeto de estudo. Isto ocorre a partir do momento em que se abandona o determinismo físico puro e simples, onde apesar do meio físico exercer influência sobre os indivíduos, não é dotado de exclusividade e a transformação das condições de vida dos homens passa também por uma transformação do meio social e dos próprios homens, como afirma Sellier (cit por Topalov)<sup>4</sup>, onde não só a habitação, mas uma profunda mudança na mentalidade dos trabalhadores, é necessária para a sua emancipação e o alcance do progresso social.

Esses reformadores se preocupam em mudar não o meio físico mas também o indivíduo e a sociedade em que vivem. Dessa luta resultam diversos avanços sociais que culminam na criação do Estado do Bem-Estar, mas o mais importante é que no campo científico começa haver uma especialização dos profissionais reformadores, que vão atacar, separadamente, os diversos "problemas sociais" que vão descolando da Questão social que direcionava os estudos anteriores.

O próprio objeto dos estudos, "os pobres", as classes perigosas do momento anterior vai sendo classificada internamente e a cada uma dessas novas categorias vão sendo dispensados

---

<sup>4</sup> Topalov, Christian

"De la Question Sociale aux Problemes Urbains: Réformateurs et Travailleurs" Londres, Paris et New York au debut do XXme Siecle" In "Reestruturação urbana: tendências e desafios" International Sociological Association Rio, 1988, xerox

tratamentos diferenciados. Neste contexto, surge a sociologia e o urbanismo, ao mesmo tempo em que há uma despolitização desses pensadores que objetivam criar um novo espaço urbano independentemente da sua utilização pelo poder e que pode criar condições para uma nova vida urbana, desde que se transforme também o homem. Esse tipo de pensamento vai impregnar várias ciências, inclusive a Geografia, cuja escola francesa vai se autoafirmar através do Possibilismo de Vidal de La Blache.

## **A CIDADE COMO PROBLEMA NO BRASIL**

Enquanto isso no Brasil, na última década do séc XIX e no início do séc. XX temos uma sociedade em transição, com a implantação de uma ordem burguesa, com o fim da escravidão. Nesse momento percebe-se que a cidade brasileira não está preparada para o capitalismo, pois ela impede a circulação de coisas e pessoas comprometendo o realização do ciclo do capital. Por outro lado, as condições higiênicas da cidade para todas as classes representam um perigo eminente sob a forma das epidemias de febre amarela, tifo, etc que são frequentes em várias cidades, principalmente no Rio de Janeiro.

A insalubridade é a característica mais marcante desta cidade e como no Rio de Janeiro a segregação social no Espaço é muito incipiente, objetiva-se criar condições para que esse elimine esses dois inconvenientes de uma só vez. A reforma de Pereira Passos não acontece isoladamente, faz parte de uma estratégia de transformar o Rio de Janeiro numa cidade capitalista e moderna e para isso deve-se "desinfetar" a cidade eliminando as epidemias e a

pobreza do seu centro <sup>4a</sup>. Todo o discurso da época está pontuado de citações médicas e embebida no higienismo. A cidade está doente, trata-se então de curá-la eliminando seus tumores, e, limpando os bairros infectos. Ao mesmo tempo que se faz ar circular, com a abertura de grandes avenidas, só fará circular também, pessoas e mercadorias dando continuidade aos fluxos, garantido o ciclo de reprodução do capital, dando a cidade a ordem almejada, a ordem burguesa.

A crença na transformação social através da reestruturação do meio físico está presente no discurso de então. Pereira Passos chega a ser considerado o Haussmann dos trópicos, sua reforma não chega a ser comparada a Paris de 50 anos antes, mas o fundamento e o objetivo são os mesmos, isolar as classes perigosas e pestilentas, garantindo também a livre circulação pela cidade. Aliás, é interessante notar a influência que o pensamento urbanístico, e até geográfico francês, exerce sobre os cientistas brasileiros, tanto que quando na década de 20 resolve-se fazer uma nova reforma urbana. Chama-se um arquiteto e urbanista francês Alfred Agache.

Além das reformas físicas sobre a cidade, nesse período de transformação ganha peso a crença de que é preciso modificar não só o meio físico mas também os habitantes desse meio. Daí a necessidade de criar regras e normas para controlar a vida na cidade, considerada desordenada, um verdadeiro caos.

---

<sup>4a</sup> Ver Abreu, Maurício de Almeida  
Evolução Urbana do Rio de Janeiro.  
Jorge Zahar/ I PLANRIO, Rio, 1987

Paralelamente inicia-se um processo de educação sanitária para que a população incorpore noções de higiene públicas e mesmo pessoais, o que ocorre com muitas dificuldades e que se estende até os dias de hoje. Dessa maneira a "Medicina" social trata das cidades no Brasil, serão os higienistas e sanitaristas que darão o tom e o ritmo das mudanças nessas cidades e em particular no Rio de Janeiro.

Por enquanto há pouco espaço para o arquiteto e o engenheiro e não existe o urbanista ou o planejador urbano. O problema urbano é um problema de higiene, é preciso eliminar os "cabeças de porco" e as ruelas cheias de esgoto para afastar o perigo das epidemias, garantindo melhores condições de vida para os habitantes mais ricos das áreas centrais educando-as higienicamente e expulsando os pobres para os subúrbios criados ao longo das vias férreas. Mas estes relutam e acabam ocupando o alto dos morros e vão ser objeto de pressões futuras que permanecem até hoje.

## A CIDADE COMO OBJETO DE ESTUDO

Identificado o problema, a cidade, passa-se a estudá-la e a sistematizar esse conhecimento. A obra inaugural neste sentido cresce ainda no século XIX em 1867 com Cerdá e a Teoria Geral da Urbanização (Cf. Choay)<sup>5</sup>. Este inclusive vai dar o nome ao

---

<sup>5</sup> Choay, Françoise

"O Urbanismo em questão"

IN: O Urbanismo. Perspectiva, São Paulo, 1977, pp. 1 a 60

urbanismo como a ciência da cidade e desde já aponta para a identificação dos dois principais polos operacionais: a habitação e a circulação. Ainda neste mesmo século XIX surgem outros teóricos do urbanismo, como Camilo Sitte e C. Alexander, que tentam dotar o urbanismo de um discurso científico e vão lhe dar outra característica dos seus primórdios, a concepção orgânica de cidade e com Ebenezer Howard a utopia de um novo espaço como fundamento à nova cidade.

O século XX traz a afirmação do urbanismo como Ciência e Arte individualizada, encarregada do estudo, do planejamento e do embelezamento na cidade. Na França, o urbanismo será regulamentado na forma da Lei Cordonst em 1919, após um intenso processo de lutas corporativas entre médicos, engenheiros, arquitetos, geógrafos, etc., cada qual se sentindo responsável e encarregado do conhecimento e transformação do espaço urbano. Ainda neste século é forte a influência do higienismo sobre o pensamento urbanista, fruto da concepção organicista de cidade que remonta o século anterior, assim resolver os problemas das cidades é atacar as "enfermidades" que aparecem tal qual um cirurgião, que tem em Le Corbusier a sua expressão mais acabada, como sucessor de Haussmann o primeiro a realizar as "operações cirúrgicas" no seio da cidade "doente".

Mas o urbanismo não fica preso a essa concepção organicista, é necessário adequar a cidade as transformações que ocorrem na sociedade capitalista, em velocidade e alcance crescentes. A necessidade de racionalizar o espaço urbano

abandonando e relativizando as utopias pré-urbanistas, é necessário abandonar também certas visões preconceituosas de enxugar o problema urbano apenas na pobreza e na sua forma de habitar. Estuda-se a cidade como um todo, cientificamente conhecida, que é objeto da intervenção globalizante e não apenas localizada (Ver Topalov e Magri) <sup>5a</sup>.

Paralelamente à necessidade de racionalizar a cidade, cresce a demanda por seu embelezamento, dentro dos padrões estéticos burgueses e o urbanismo se transforma numa "arte e numa ciência" no dizer de Alfred H. D. Agache (Ver J.P. Gaudin) <sup>6</sup>. Essa preocupação nasce no início do século e vai se desenvolvendo gerando novas teses e estratégias de ação, incorporadas pelos CIAM e que culmina na Carta de Atenas em 1933 <sup>7</sup>. A cidade bela e funcional é o objetivo do urbanismo, de certa forma ainda utópica, pois é calcada na fé no desenvolvimento tecnológico como capaz de trazer o desenvolvimento social por si só, mas que deve ser amparada na planificação do espaço, como forma de transformá-lo para a nova vida social, para a nova sociedade.

---

<sup>5a</sup> Magri, Susanna e Topalov, Christian

"De la cité-jardin à la Ville Rationalisée. Un tournant du projet réformateur 1905/1925"

In: *Revue Française de Sociologie*, no 28, 1987

<sup>6</sup> Gaudin, Jean Pierre

"Savoirs et Savoir-faire dans l'urbanisme Français au début de Siècle" In: *Extensio*, no 11, 1985.

<sup>7</sup> Le Corbusier

*Maneira de Pensar e Urbanismo ou Planejamento Urbano* Perspectiva, São Paulo, 1971

Do outro lado do Oceano, nos Estados Unidos, nascia ao mesmo tempo um movimento semelhante, de adequação da cidade à sociedade que se impunha de forma cada vez mais intensa, gerando uma nova ordem. As peculiaridades da sociedade norte-americana, vão gerar um pensamento particular sobre a cidade, tanto na sua concepção científica, quanto na sua gênese. O City Planning nasce no seio da própria sociedade civil como uma necessidade desta, pressionando o Estado a adequar a cidade às necessidades dessa população. Desta maneira é forte a pressão das associações civis em torno do City Planning, sejam ecos das camadas médias, da pequena burguesia, do patronato esclarecido ou dos filantropos.

O discurso dos reformadores gira em torno da necessidade de regular o nascimento urbano dentro de uma ótica de racionalidade capitalista sem grandes preocupações estéticas, mas que ainda guarda as influências do pensamento higienista e da concepção orgânica de cidade. A corrente do City Planning que inicialmente se filia ao movimento pelo embelezamento e reforma municipal, a os poucos abandona o projeto da city beautiful, da monumentalidade, pelo city Pratical, calcado na racionalidade, na visão globalizante da cidade e da sua eficácia que vê no "planning" o instrumento essencial à essa nova cidade (Almested, cit por Topalov e Magri) <sup>8</sup>. Nele há uma coerência da totalidade da

---

<sup>8</sup> Mangri e Topalov, op. cit.

cidade vista numa estrutura funcionalista e que percebe também a necessidade da reforma e da regulamentação da habitação popular. Esse movimento trava um debate intenso com a corrente sanitaria acerca das soluções concretas mas que convergiam na causa principal dos problemas urbanos a aglomeração excessiva e a congestão urbana. É bom lembrar que o pré-urbanismo norte-americano é marcado pela utopia naturalista expressas nas cidade-jardins e no anti-urbanismo. Isto de certa maneira é incorporado ao City Beautiful sob a forma dos subúrbios jardins, típicos das cidades norte-americanas até os dias de hoje.

O movimento do City Planning vai dar origem a um saber científico específico da sociedade norte-americana e que vai ser exportado ao mundo. É lá que nasce o "comprehensive planning" junto do surgimento da pesquisa urbana no seu sentido mais amplo, posto em prática no plano de New York em 1916. É nos EUA também que surge o "zoning" como forma de regulamentar a ocupação e o uso do solo posto em prática em Los Angeles já em 1909, que se transformara num instrumento de controle do boom imobiliário verificado na década de 20 e que culmina na padronização do regulamenta do "zoning" em 1927 e a criação do "master plan" prototipo dos Planos Diretores, como forma de garantir a adequação da cidade a racionalização capitalista do espaço urbano.

O mais importante a destacar é que todo esse movimento nasce da mobilização da sociedade civil e vai sendo absorvido pelo Estado norte-americano, ao contrário do que ocorre na gênese do urbanismo europeu, sob a égide do Estado como forma de

controlar a população desse modo o City Planning é o precursor do Planejamento urbano moderno como forma de garantir a eficiência da cidade capitalista dentro de sua racionalidade funcional e estética, que vai influenciar fortemente o pensamento e a ação urbanística em todo o mundo

## **A CIDADE COMO OBJETO DE ESTUDO NO BRASIL**

A preocupação com o urbano no Brasil começa a ganhar contornos científicos a partir do momento em que a cidade colonial, passou a ser vista como um entrave, real ou potencial a reprodução da ordem vigente Segundo Roberto Machado <sup>9</sup> „ chegada da corte de D. João VI em 1908, faz nascer essa preocupação com a cidade, pois ela deveria ser a base física para o instauração do poder metropolitano na colônia, ao mesmo tempo em que inseria o Brasil num circuito internacional de circulação mercantil Dessa maneira, a cidade, no caso o Rio de Janeiro, deveria ser dotada de condições mínimas que assegurassem uma vida razoável a corte portuguesa e aos viajantes em trânsito Para tal, faz-se necessário o conhecimento do meio físico em todos os campos do saber, em especial daquele que garantisse a integridade fisiológica dos nobres recém-chegados

---

<sup>9</sup> Machado, Roberto et alii  
"A estratégia de um saber"  
In: Da (na) ção da Norma  
Graal, Rio, 1978, pp 153-374

Neste momento inaugura-se o saber médico como o mais importante para a manutenção da vida em condições dignas na cidade do Rio de Janeiro. São eles, os médicos, que vão cuidar da "saúde pública" através de estudo das condições de higiene e controlando a vida social, através da normatização da vida individual e coletiva através de regras e leis sobre alimentação, limpeza, circulação de pessoas, mercadorias e do ar, reproduzindo de certa forma as idéias da "Política Médica" sistematizada por J.P. Frank na Alemanha que inaugura uma relação entre a Medicina e o Estado.

Por outro lado esta relação é fruto da própria mudança nas relações entre Sociedade e Saúde dentro da lógica capitalista de organização social, tornando necessário impedir e dificultar o aparecimento de doenças que ponham em risco a reprodução crescente da força de trabalho e da própria classe burguesa, agora tão próximos fisicamente no interior da cidade. O "perigo urbano" torna-se área de atuação da Medicina tornada social, que deve refletir e atuar sobre os elementos que comprometam a reprodução da nova forma de vida social, unindo assim, novos saberes e técnicas sobre o meio físico e social. Propõe-se intervir nestes, principalmente sobre o primeiro, considerando como o principal fator causador de doenças, através das emanações maléficas oriunda do solo e dos pântanos, sendo necessário extirpar essas fontes nocivas com ações de modificação física no meio urbano, sem contudo deixar de disciplinar as relações entre os homens, dentro da nova perspectiva da vida social, a ordem

burguesa (cfe. Cavalcante) <sup>10</sup>.

No entanto, é a partir do Império que se unifica a emergência do saber médico como instrumento de poder sobre a cidade e a vida social, com a medicalização das instituições sociais e da sociedade em suas dimensões globais, a ponto de se chamar o período como "República dos Médicos", tal a sua influência na disciplinação da vida cotidiana e da organização sócio-espacial. O principal agente desse "poder" foi, sem dúvida, a Sociedade de Medicina e Cirurgia criada em 1829 que veio regulamentar não só a atividade e a ciência médica, como também zelar pela Saúde Pública, através das Câmaras Municipais e de uma Legislação criada por ela própria para normatizar esta saúde pública. É interessante notar que embora fosse criada sob inspiração de sua homônima francesa, a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Império Brasileiro estava perfeitamente de acordo com a realidade do país, dando conta no seu discurso das especificidades do meio urbano e da situação política, social e urbana de então, tentando ordená-los de acordo com os princípios da Medicina Social, que se desenvolvia na França e na Europa como um todo, não se tratava de uma simples transposição de modelo.

---

<sup>10</sup> Cavalcante, Berenice de Oliveira  
"Beleza, Limpeza, Ordem e Progresso"  
In: Revista do Rio de Janeiro  
Edições UFF, Rio, 1985, pp 95-104

Esta Sociedade de Medicina, exercerá o controle da vida social através da regulamentação da vida individual e coletiva através de uma legislação que disciplina não só os hábitos de **higiene pública** como também os de ordem pessoal. Porém, esta **ação médica** não se restringe a legislação, a ação sobre o meio físico é de suma importância, devido a crença na época, no **determinismo físico** que dava a este um status patológico, logo **havia a necessidade de modificá-lo** para evitar a doença e proteger o **indivíduo** e a coletividade no espaço social. Para isso, os **médicos** começam a utilizar no conhecimento da doença e da cidade onde devem intervir, informações de outras ciências como a Geografia, Geologia, etc., para criar uma série de teorias e estratégias de ação, que abordam medidas econômicas, de cunho moral e de engenharia de modo a controlar o meio físico e os que nele habitam, zelando pelo bem estar físico e moral destes dentro **ordem estabelecida**. E o conceito de cidade como "locus" do **perigo, da patologia**, era fundamentado na proximidade física dos indivíduos que proporcionava a rápida propagação pelo ar das **emanações pestilentas** que existiam no meio físico, nos pântanos e nos morros e nos próprios indivíduos. Diante desse quadro patológico propunha-se desmontar os morros, aterrar os pântanos e facilitar a circulação do ar. Para isso era necessário desfazer as **aglomerações**, principalmente das classes "fétidas", escravos e pobres destruindo as causas das emanações e dos miasmas, paralelamente ao estabelecimento de normas sanitárias e regras de **higiene** que tornasse o convívio social menos "perigoso" para as

classes "limpas", (Cavalcante) <sup>11</sup>.

Este tipo de concepção não se extingue com o fim da escravatura e a introdução do capitalismo na virada de um século para o outro, pelo contrário, ele é aperfeiçoado, acompanhando os avanços da Medicina Social na Europa e incorporando o que viria ser o pensamento urbanístico. Não se trata apenas de eliminar as fontes patológicas, as emanações, destituídas do status patológico, pela descoberta dos vírus, bactérias, etc mas também garantir a livre circulação capitalista de coisas e pessoas e também atender aos valores estéticos burgueses. O Rio de Janeiro, capital federal e maior cidade do país, vai ser palco das transformações teóricas e práticas porque passa a Medicina dos cidades, rumo ao Urbanismo que incorporará, mais tarde, muito dos seus preceitos e linguagem que persistem até os dias de hoje.

A sociedade brasileira se encontra no início do séc. XX num período de transição da base escravagista para um modelo de capitalismo dependente que vai exigir mudanças não só na vida social, mas também no meio físico ocupado por essa sociedade. Tomaremos o Rio de Janeiro como locus privilegiado dessa transformação. Comparando-a com as cidades européias, ou mesmo da América do Sul, como Buenos Aires e Montevideo, percebe-se as disparidades em relação a estas. Sujeira, imundície e atraso são as palavras que definem a situação da capital brasileira, é necessário pois adequá-la ao novo padrão vigente, espelhado no modelo burguês da cidade européia que permeia o pensamento da classe dominante de então, a oligarquia cafeeira. Para isso é

---

<sup>11</sup> Idem

imperativo um processo de modernização da cidade, que passe pelo seu embelezamento e limpeza, além da reordenação espacial exigida pela nova estrutura produtiva e social, no sentido de dar-lhe uma funcionalidade capitalista, com a segregação social que ela exige, com as novas formas de dominação que se fazem necessárias <sup>12</sup> (Cavalcante)

Neste período, o saber médico ainda se faz presente, lá o tom do discurso e orienta as medidas práticas, o higienismo vai associar ao progresso a modernização, a limpeza e embelezamento da cidade em oposição ao atraso da sujeira e da feiura típica das classes pobres que são portadores em potencial das doenças físicas e morais que ameaçam a sociedade e as suas classes limpas, definindo dessa maneira a própria localização espacial destas. A principal fonte destas mudanças são as exigências do capitalismo e as comparações com outras cidades, fundamentam do, funcional e esteticamente, as propostas de transformação física e social, com novas relações sociais, novos comportamentos e atitudes que desembocam numa nova urbanidade que não tem lugar para os que não se costumam esta nova ordem, que representa o passado, o atraso, a sujeira e a doença que se condena a extinção, a não reprodução enquanto indivíduo ao grupo, que nome tem lugar na nova cidade e na nova ordem <sup>13</sup> (Abreu).

---

<sup>12</sup> Idem

<sup>13</sup> Abreu, Maurício op cit

Neste período de transição a velha cidade do Rio representa a imagem da desordem, oposta a nova ordem que se almeja. Essa desordem é materializada pela insalubridade, falta de condições de higiene e pela aglomeração indistinta de pobres e ricos em pequenas partes do espaço, onde as ruas estreitas e infectas não possibilitam a livre circulação do ar, pessoas e coisas necessária ao capitalismo. Quem vai dar sustentação teórica as transformações de então, ainda são os higienistas, que detêm o saber sobre a cidade e sobre as condições de reprodução da sociedade, já que os focos de doenças epidêmicas ainda ameaçam a cidade. Era a crença, ainda, de que o ar era o meio transmissor dessas doenças, apesar dos estudos de Oswaldo Cruz e sua luta pela vacinação e desratização. Era necessário então acabar com as fontes de emanação no meio físico e possibilitar a livre circulação do ar, ordenando o meio, abrindo ou alargando vias, aterrando pântanos e brejos, limpando e somando as ruas, eliminando os "miasmas" oriundos da umidade do solo.

Paralelamente era necessário ordenar o meio social dando educação higienista à população principalmente a parte mais pobre, fonte potencial de doenças, regulando também a sua vida cotidiana desde a sua moradia até a sua circulação na rua passando pela sua conduta moral. Com essas medidas tenta garantir-se as condições de reprodução física da população, além das novas relações sociais que se estabelecem rumo a uma sociedade, e uma cidade, moderna e civilizada e capitalista, tal qual as cidades européias tomadas como modelo.

A síntese destas transformações, ou a sua materialização se dá, sem dúvida, como Reforma de Pereira Passos, que "comandou, então", no curto período de quatro anos, a maior transformação já verificada no espaço carioca, um verdadeiro programa de "Reforma Urbana" (Maurício de Abreu, pag 60), que visava adequar a cidade as suas funções portuária, comercial e administrativa dentro de uma lógica capitalista e acabar com as condições anti-higiênicas, as moradias subnormais da área central e com os focos de febre-amarela que inspirava temor nos seus habitantes e nos visitantes

A base para as reformas foi uma nova carta cadastral elaborada em 1903, que colocou a disposição do poder público uma série de informações sistematizadas sobre a cidade. Os princípios higienistas estavam presentes em todo o plano, assim as medidas tomadas eram impugnadas de sua concepção. Com isso houve o alargamento e a abertura de novas vias de circulação do ar "infectado" e dos fluxos capitalistas, entre estas a Av Central, atual Rio Branco, que levou a erradicação de milhares de cortiços e casas de pobres. No mesmo sentido, o de eliminar os focos de ar "pestilento" leva ao aterro, saneamento dos pântanos e beijos próximos a Lagoa Rodrigo de Freitas (o da Cidade Nova foi feito no século passado) e a canalização de diversos rios (Carioca, Maracanã, Mangue, etc). O Porto foi remodelado, dado a adequá-lo a função de porta de entrada e saída das pessoas e mercadorias que inseriam o Brasil no limite do comércio capitalista mundial, demonstrando a faceta funcional das reformas ao lado da higienista.

emergência de São Paulo como centro dinâmico dão origem a espaços urbanos nitidamente capitalistas e trazem consigo as contradições típicas e inerentes a este tipo de estrutura. A ciência e a arte do urbano vai se constituindo no Brasil sob inspiração do urbanismo europeu, mas que incorpora elementos de outras escalas de pensamento, como a City Planning e o "city beautiful" norte-americano e das "city gardens" inglesas. Inicia-se um processo de formação de um pensamento urbanístico de caráter nacional que é parte de um processo maior de uma afirmação cultural brasileira, a vinda de Alfred Agache e o seu plano para o Rio e a emergência de Lucio Costa como expoente dessa corrente de pensamento que se afirmara e terá o seu apogeu nos anos 50 e o nacional desenvolvimentalismo <sup>15</sup> (Cfe. Rezende).

O plano Agache é típico desse momento de transição da década de 20, visto como uma concessão da oligarquia a emergente burguesia industrial, atenuando o conflito já latente entre estas que culmina com a afirmação da estética burguesa sobrepondo-se aos padrões agrários da oligarquia (ver Vera Rezende) <sup>16</sup>. Este plano é uma resposta as questões levantadas pela transformação do Rio de Janeiro num espaço capitalista, adequando-as a mais esta mudança no patamar produtivo e social que se coloca, restaurando e reafirmando esta ordem. Ao mesmo tempo tem preocupações

---

<sup>15</sup> Rezende, Vera  
Planejamento e Ideologia

<sup>16</sup> Idem

profundas com o embelezamento e a remodelação da cidade, embora não seja friamente as determinações da Urbanística da Ecole de Beaux Arts, pois traz no seu interior os aspectos funcionais do city beautiful e da engenharia urbana, tendo que considera a cidade como um ser orgânico e que deve ter suas funções reguladas, com a intervenção no espaço físico em busca de uma racionalidade funcional aliada a beleza.

Ao mesmo tempo reforça as características segregacionistas da cidade capitalista com o afastamento das classes que "ameaçam a integridade burguesa, tanto que o saneamento é prioritário e globalizado de modo a evitar a propagação de doenças, e a preocupação em criar uma rede de transporte que viabilize esse modelo é marcante. Afasta-se os pobres mas cria-se condições para que estes cheguem ao local de trabalho garantindo o fluxo da força de trabalho.

A habitação ainda é vista como formadora de caráter, embora não se perceba nenhuma concepção utópica em relação a modificação do caráter dos habitantes pelo simples fato de morar decentemente. Essa modificação será junto de um processo de "educação" da população em que a habitação é apenas uma parte, percebendo-se um certo paternalismo nesta questão, principalmente quando se refere aos favelados. Mas o principal aspecto do Plano Agache, é que ele pode ser considerado o marco inicial dos Planos Diretores como instrumento de ordenação da cidade, onde se tem uma cidade atual e se propõe uma cidade, utilizando legislação urbanística e o zoning como forma de orientar e adequar a cidade aos objetivos do Plano

Evidentemente não podemos reduzir o pensamento urbanístico de um país a uma só pessoa, porém no Brasil podemos dizer que Lúcio Costa sintetiza esse pensamento, influenciando mais de uma geração de arquitetos e urbanistas, deixando obras que são referência obrigatória a qualquer pessoa que pense a cidade a cidade no Brasil, o Plano Piloto de Brasília e da Barra da Tijuca são esses marcos, para o urbanismo como o prédio do MEC é para arquitetura moderna. Contudo Lúcio Costa é essa pessoa que sintetiza esse pensamento urbanístico pos-30, ele tem de ser entendido no contexto das transformações ocorridas na estrutura econômica do país e na sua cultura. Assim temos como referência o processo de industrialização calcado na ideologia do nacional desenvolvimentismo que gera em Lúcio Costa uma crença na capacidade do desenvolvimento industrial como promotor da justiça social que permite um novo padrão de produção que inexoravelmente leva a uma distribuição mais justa da riqueza produzida. Para isso é necessário criar um novo espaço urbano para essa nova sociedade igualitária por definição, para ele a missão do urbanista é acelerar a transição da antiga para a nova sociedade superando no espaço físico as contradições que a permeiam. Neste ponto percebe-se a influência do pensamento de Le Corbusier e de alguns marxistas vulgares (ver Adauto Cardoso) 17.

---

17 Cardoso, Adauto Lúcio

"Modernidade e Tradição nas origens do Pensamento Urbanístico no Brasil" Rio, 1989, Mimeo

Outra influência marcante que atravessa o pensamento, o texto e os projetos de Lúcio Costa é o modernismo, oriundo da Semana de 22, que numa autocrítica, percebe a originalidade da arquitetura tradicional brasileira, que tem no barroco a sua forma mais acabada e genuinamente nacional e este deve ser o ponto de referência para a adequação a nova ordem sem que se rompa de modo brusco com esse passado, procurando harmonizar os elementos tradicionais " eternos" com as necessidades da modernidade, gerando uma arquitetura e um urbanismo que implica numa coerência entre construção/necessidades sociais/expressão formal, caminhando para racionalização que simplifique as construções numa lógica de humildade e despojamento, cerne da ordem utópica almejada decorrente do processo de desenvolvimento industrial. Esta simplificação dos elementos construtivos, é determinada principalmente do atendimento dos fluxos e funções desta nova ordem. A própria estética é decorrente dos técnicos e dos materiais empregados, com o abandono do simbolismo clássico erradicando-se também os entraves irracionais que limitam a implantação da nova ordem, que tem o seu climax no projeto de Monlevade e da Cidade Universitária de UNB 18 ( Lucio Costa)

---

18 Costa, Lucio

"Plano Piloto para a urbanização da Baixada de Jacarepaguá" e o "Relatório do Plano piloto de Brasília"

In Revista C J Arquitetura no 6. Rio. Etecê Editora, 1974

Os anos 50, trazem o governo JK e a industrialização acelerada e em Lúcio Costa a perspectiva de inaugurar a nova sociedade que tem em Brasília a sua expressão maior e com ela um novo traço do seu pensamento e de sua prática, a monumentalidade das vias e da habitação do homem comum, tal qual as torres do Plano Piloto da Barra de até 75 andares, o que não deixa de ser (Lúcio Costa) <sup>19</sup> uma contradição ao plano geral de sua obra com resquícios da Paris de Haussmann. Em todo caso, a utopia continua sendo a marca registrada de Lúcio Costa e dos seus seguidores. Como foi de Le Corbusier e dos pré-urbanistas. O sonho de modificar o meio social através das transformações do meio físico é uma constante e a emergência do planejamento urbano vai de certo modo aos poucos destruindo esse sonho. A técnica e o plano passam a ser encarados como a estratégia de controle social e racionalização da vida coletiva e dos recursos disponíveis. A racionalidade capitalista suplanta o ideal modernista de vez, a própria Brasília se transforma no símbolo mais acabado do poder do controle do espaço como forma de dominação

## **A EMERGÊNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL**

A verdade é que até a segunda metade da década de 50, não existe no Brasil grandes preocupações científicas acerca do urbano. Fora alguns estudos e ações isoladas ao longo da história, não existe um pensamento acerca da intervenção planejada sobre a

---

<sup>19</sup> Idem

cidade e o próprio planejamento econômico não é fruto de uma ação coordenada e elaborada a partir de um corpo teórico. O que ocorre são intervenções que visam dar respostas quase que imediata a pontos de estrangulamento que entravam a nova ordem que se instala. Mesmo as reformas urbanas ocorridas no correr do século não fogem a regra. Este quadro se modifica nos anos 50, devido aos acontecimentos internos e externos que desembocam numa nova visão do que seja planejamento, sua "descomunização" e criação do mito da sua neutralidade dentro e fora do país, contribuem para a sua aceitação como uma forma de aprimorar o espaço capitalista. Muito contribuiu para isso, as experiências norte-americanas do TVA e os estudos da CEPAL, que vão influenciar o pensamento sobre planejamento no Brasil. Assim inicia-se uma emergência do planejamento urbano como forma de intervenção na cidade, não sendo esta exclusivisamente objeto dos urbanistas, a criação de Brasília pode ser considerada o marco inaugural desta intervenção, a despeito de ter sido obra de um urbanista.

No Brasil, o pensamento que vai exercer grande influência nos planejadores e sem dúvida, o cepalino, inclusive sobre o planejamento urbano, é falar do pensamento da CEPAL. É falar da teoria da marginalidade. Todos os estudos dos anos 50 e 60 trazem dentro de si a idéia de uma cidade <is>marginal<fs>, paralela a cidade propriamente dita, onde uma população de migrantes recém-chegados era condenada a permanecer à margem desta cidade, econômica e culturalmente falando, criando um tecido urbano fragmentado e que de certa forma, constituía-se no problema principal a ser atacado pelo planejamento urbano.

principalmente na questão da habitação. Essa visão paternalista dos excluídos do processo de distribuição da riqueza, acaba por desembocar numa visão mais agressiva a de que esses marginais formam uma classe perigosa, e a favela vai ser o exemplo mais concreto dessa ameaça. A integridade moral, a saúde e a segurança dos cidadãos integrados ao sistema e que por isso deveria ser erradicada e removida, para áreas distantes do centro da cidade, onde numa habitação digna pudesse se incorporar aos padrões dos habitantes da cidade, poderiam se tornar cidadãos de verdade. Esse processo de remoção de favelas se dá com força nos meados dos anos 60, no Rio de Janeiro durante o governo Carlos Lacerda, que expulsa grande número de favelados "marginais" para os bairros da Zona Oeste e do Baixada Fluminense, onde reproduziram sua "marginadidade" antes de retornar as favelas <sup>20</sup>.

Este mesmo modo de pensar o urbano está presente no estudo organizado pelo Padre Le Bret para subsidiar o Plano Diretor de São Paulo, que tem o mérito de ter uma sistemática científica, apresentando avanços na concepção urbanística de

---

<sup>20</sup> Sobre marginalismo ver:

- Pulman, Janice

"A teoria da Marginalidade e o Tipo Ideal"

In: O Mito da Marginalidade Paz e Terra, Rio, 1977

-Castells, Manuel

"La Urbanizacion dependente em America Latina"

In: Gilli, Gustavo

Imperialismo e Urbanizacion em America Latina, Barcelona, sem referência

- Kowarink, Lucio

Capitalismo e Marginalidade na América Latina, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985

cidade, mas que tem com objetivo evitar ou sustar o crescimento da cidade, como se isso fosse possível, apontando para uma descentralização de atividades que criasse novos polos de trabalho, comércio, etc que evitasse o deslocamento dos habitantes da periferia para o centro da cidade, o que de certa maneira, é uma forma de evitar o acesso das populações "marginais" a cidade. Apesar das suas distorções esse estudo tem o mérito de ter preocupações científicas acerca do planejamento urbano, vendo neste a possibilidade de intervir na cidade de modo concreto, no sentido da resolução de seus problemas.

Os anos 60, trazem a discussão sobre a cidade uma visão mais ampla, inserindo no Governo Jango a reforma urbana como uma das reformas de base que viriam a modificar a estrutura sócio-econômica do país. Intensos debates a esse respeito viriam a desembocar no Seminário sobre Habitação encerrando-o num golpe de força. Porém algumas proposições deste seminário seriam seletivamente incorporadas ao projeto urbano, se é que existiu, do regime militar, que passa a ter como expressão máxima, a criação de um órgão central a nível federal que desse as diretrizes gerais do planejamento urbano no país. Esse órgão, com todos as suas limitações, foi o SERFIAU. Este, porém, fazia parte de um processo global, que viria se transformar no Sistema Nacional de Planejamento Integrada (ver Harry Cole, 74) <sup>21</sup>, que

---

<sup>21</sup> Cole, Harry

"Sistema Nacional de Planejamento Integrado" IN Revista de Administração Municipal no 71, Rio, 1986 <P>

centralizaria as ações acerca do planejamento urbano no Brasil, orientando e controlando os órgãos regionais e locais estabelecendo normas e legislação sobre o tema, sendo responsável também por programas de pesquisa e formação de pessoal técnico. Cria-se então uma estrutura centralizada de decisões cujos agentes promotores seriam o BNH com os recursos e o SERFHAU responsável pelo desenvolvimento desta política. Inicia-se a fase dos Planos Diretores, tornados quase que obrigatórios as municipalidades, tornando viável o desenvolvimento do planejamento integrado, mas que na maioria das vezes resultou em planos descolado das realidades locais e de difícil implementação. Tornam-se letra morta, apesar da racionalidade técnica e científica subordinada a lógica econômica que era alardeada por essa tecno-burocracia para seus planos <sup>22</sup>. E a partir desse momento também que criam programas de formação de técnicos de alto nível na área de planejamento urbano, dentre os quais o que deu origem ao PUR, atual IPPUR.

A racionalidade técnica e o economicismo estarão presentes em quase todos os estudos urbanos do período do regime militar final dos anos 60 e início dos anos 70. A crença no quantitativismo e nos modelos matemáticos é outro traço marcante, junto da onda neopositivista que atinge diversas ciências sociais no período citado sob influência do pensamento norte-americano principalmente na Geografia. Inclusive com a visita de

---

<sup>22</sup> Modesto, Hélio Mello, Diogo Lordello  
"Mentalidade de Planejamento Urbano no Brasil"  
IN Rev Adm Mun no 39, 1960

expoentes dessa linha, que realizaram trabalhos, conferências e deixaram vários discípulos no Brasil, que continuaram nessa linha, mesmo após ela ter sido abandonada pelos seus criadores, ver exemplo disso é a referência a David Harvey como geógrafo quantitativista ainda nos anos 70, apesar de ter rompido com essa abordagem em 1969. De qualquer modo esse é o período do planejamento pragmático, que deveria substituir o planejamento idealista de inspiração "socialista" que predominava até então. O resultado disto foi uma série de Planos Diretores que eram verdadeiros planos de desenvolvimento econômicos fadados ao fracasso recheados de estatísticas e modelos matemáticos completamente fora das realidades locais <sup>23</sup>

## CONCLUSÃO

Podemos perceber que a evolução do pensamento urbanístico está vinculada às transformações provocadas pelo capitalismo e pela necessidade de enfrentamento das suas contradições. A noção de "ordem e progresso" exige a identificação e resolução dos problemas que inviabilizam um e outro. Esse será a razão de ser dos saberes e técnicas sobre a cidade, o locus do confronto entre as classes sociais. Em poucos momentos a intervenção no urbano procura resolver as contradições, e sim equacioná-las.

---

<sup>23</sup> Ver Cole, 1966

Este conservadorismo acompanha o urbanismo durante toda sua existência, mas a evolução do pensar a cidade acaba por permitir o surgimento de propostas revolucionárias que entram em conflito com o "por em ordem". Nos anos 70 e 80, deste conflito se torna mais evidente, e surgem novas formas de pensar e intervir no urbano onde a população a ser "ordenada" não é somente objeto mas também sujeito de pensar e intervir.

Assim conhecer o pensamento urbanístico dos "outros" é fundamental para repousar o "nosso" pensamento urbanístico, ainda mais quando as equipes de planejamento urbano se tornam cada vez mais multi-pluri-interdisciplinares, obrigando-nos a uma permanente troca de informações e confrontos epistemológicos com arquitetos, sociólogos, etc. Por outro lado, a perspectiva de participação popular no processo de elaboração e execução dos planos diretores ou urbanísticos, torna necessário um conhecimento das visões históricas acerca das classes populares, para que, numa visão progressista, não reeditemos os conceitos dos primeiros reformadores urbanos e continuemos o processo de expulsão dos pobres e de segregação social no espaço urbano. É necessário o esforço intelectual e político para garantirmos a todos, sem exceção, o direito de viver na cidade.

## **CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO**

### **Boletim Fluminense de Geografia**

O Boletim Fluminense de Geografia receberá para publicação de trabalhos originais e inéditos, de preferência escritos em português, sobre assunto de interesse científico e geográfico, sejam ou não seus autores membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Niterói.

Os trabalhos a serem enviados para publicação devem atender as exigências e normas, cabendo ao Conselho Editorial aceitá-los ou rejeitá-los, depois de submetidos à apreciação de três membros do Conselho.

1 - Cada trabalho deverá vir acompanhado por carta de encaminhamento, com nome e endereço do autor.

2 - O original e uma cópia do trabalho deverão ser datilografados em espaços duplos e remetidos diretamente ao editor; caso seja rejeitado para publicação, o original será devolvido.

3 - Os direitos autorais dos trabalhos publicados são da ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO LOCAL NITERÓI cabendo ao autor receber 3 (três) exemplares do no. da edição que contiver um trabalho de sua autoria.

4 - Figuras e tabelas deverão ser auto-explicativas. As fotografias deverão ser em preto e branco, não sendo aceitas fotografias coloridas.

5 - O Conselho Editorial, antes de qualquer recusa, entrará em contato com o autor, através de parecer técnico-científico no sentido de viabilizar a sua publicação.

6 - São aceitas resenhas de livros de interesse científico e geográfico para publicação.

7 - Os trabalhos para publicação deverão ser remetidos à:

**BOLETIM FLUMINENSE DE GEOGRAFIA**  
**Caixa Postal 100425**  
**Niterói - RJ**  
**24001-970**